



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA

ALEX FERNANDES SILVA DE ALMEIDA

DO GOLPE DE 2016 AO BOLSONARISMO: O NEOFASCISMO NO BRASIL

GOIÂNIA – 2021

ALEX FERNANDES SILVA DE ALMEIDA

DO GOLPE DE 2016 AO BOLSONARISMO: O NEOFASCISMO NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* – Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Sugizaki

GOIÂNIA – 2021

A447d Almeida, Alex Fernandes Silva de
Do golpe de 2016 ao bolsonarismo : o neofascismo no
Brasil / Alex Fernandes Silva de Almeida.-- 2021.
84 f. : il.

Texto em português, com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores
e Humanidades, Goiânia, 2021
Inclui referências: f. 77-84

1. Resistência ao governo - Brasil. 2. Fascismo. I. Sugizaki,
Eduardo. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Programa de Pós-Graduação em História - 2021. III.
Titulo.

CDU: Ed. 2007 -- 32(043)



**PUC
GOIÁS**



JUBILEU DE
DIAMANTE
1961-2021

DO GOLPE DE 2016 AO BOLSONARISMO: O NEOFASCISMO NO BRASIL

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 31 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Eduardo Sugizaki

Prof. Dr. Eduardo Sugizaki / PUC Goiás

João da Cruz Gonçalves Neto

Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto / UFG

Maria do Espírito Santo Rosa C. Ribeiro

Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro / PUC Goiás

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / PUC Goiás

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus e a minha família. A todos aqueles que direta ou indiretamente me incentivaram nessa caminhada, de modo especial ao meu Professor-Orientador Dr. Eduardo Sugizaki.

“O fascismo é uma religião. O século XX será conhecido como o século do fascismo.”

Benito Mussolini

RESUMO

ALMEIDA, Alex Fernandes silva de. **DO GOLPE DE 2016 AO BOLSONARISMO: o neofascismo no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2021.

O presente trabalho tem por objetivo caracterizar os movimentos fascista, nazista e o surgimento do neofascismo no Brasil. Buscamos ainda conceituar os termos esquerda, centro e direita no contexto em que são usados para determinar movimentos e posições políticas. A finalidade, então, é de esclarecer as principais ideias em torno dessas terminologias. Além disso, discutiremos sobre a influência da grande mídia nos eventos políticos que circundam os fatos ocorridos entre 2014 a 2020. Para tanto, a pesquisa procurou analisar as ações e os discursos midiáticos em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff, a posse e governo do vice Michel Temer e a eleição de Bolsonaro. Buscou-se ainda, evidenciar as práticas discursivas e ações bolsonaristas que se podem enquadrar no padrão neofascista. O estudo é uma pesquisa bibliográfica e documental. O referencial teórico está alicerçado em: NEVES FILHO (2020), GOMIS (1997), LENHARO (2006), LÖWY (2019), SOUZA (2017), STEVEN e ZIBLAT (2018), TRENTO (1993), TROTSKI (2019), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe de 2016. Bolsonarismo. Neofascismo. Mídias.

ABSTRACT

ALMEIDA, Alex Fernandes silva de. FROM THE 2016 HIT TO BOLSONARISM: neo-fascism in Brazil. Dissertation (Master in History). History Graduate Program. Pontifical Catholic University of Goiás. Goiânia, 2021.

The present work aims to characterize fascist and Nazi movements and to show the emergence of neo-fascism in Brazil. We also seek to conceptualize the terms left, center and right in the context in which they are used to determine political movements and positions. These nomenclatures, because they are widely used in the current political and journalistic scenario, are almost always reproduced in the wrong way. Tutorial A, then, is to clarify the main ideas around these terminologies. In addition, we will discuss the influence of the media in the political events surrounding the events between 2014 and 2020. To this end, a survey sought to analyze the actions and media discourses around the impeachment of Dilma Rousseff, the inauguration and the government of the vice Michel Temer and the election of Bolsonaro. It was also sought to highlight the discursive practices and scholarship actions that can fit the neo-fascist pattern. The study is a bibliographic and documentary research. The theoretical framework is based on: NEVES FILHO (2020), GOMIS (1997), LENHARO (2006), LÖWY (2019), SOUZA (2017), STEVEN and ZIBLAT (2018), TRENTO (1993), TROTSKI (2019), among others.

KEYWORDS: 2016 coup. Bolsonarism. Neofascism. Medias.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese do processo de Impeachment de Dilma Rousseff.....	44
Quadro 2 – Candidatos à presidência – Eleições 2018.....	51
Quadro 3 – Trajetória política de Jair Messias Bolsonaro	57
Quadro 4 – Atuação negativa de Bolsonaro nas principais pastas – 2019 a março 2021	61
Quadro 5 – Atuação positiva de Bolsonaro nas principais pastas – 2019 a março 2021	62
Quadro 6 – Frases de Jair Messias Bolsonaro	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do desemprego – 2019-2020	64
Gráfico 2 – Evolução das mortes por Covid-19 – 2020 a 2021.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Candidatos à Presidência da República – Eleições 2018 – TSE/Divulgação	50
--	----

LISTA DE SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DEM – Democratas
FMI – Fundo Monetário Internacional
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MEC – Ministério da Educação
UNASUL – Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas
FEFC – Fundo Especial de Financiamento de Campanha
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
LOA – Lei Orçamentária Anual
OMS – Organização Mundial da Saúde
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido Liberal
PT – Partido Dos Trabalhadores
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PSI – Partido Socialista Italiano
PNS – Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PDC – Partido Cristão Democrata
PPR – Partido Progressista Reformador
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PST – Partido Social Trabalhista
PTR – Partido Trabalhista Renovador
STF - Supremo Tribunal Federal
SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria
TCU – Tribunal de Contas da União
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – PERCURSO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS POLÍTICOS FASCISTA, NAZISTA E NEOFASCISTA.....	16
1.1 Fascismo na Itália	16
1.2 Nazismo na Alemanha	23
1.3 Neofascismo: conceito	24
1.4 Direita, centro e esquerda: posições políticas	31
CAPÍTULO II – GOLPE DE 2016 E ELEIÇÕES 2018	36
2.1 Atuação das mídias	36
2.2 Golpe de 2016 no Brasil	39
2.3 <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff	42
2.4 Eleições 2018 e as <i>fake news</i>	49
CAPÍTULO III – BOLSONARISMO: A MANIFESTAÇÃO DO NEOFASCISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA	55
3.1 Trajetória política de Jair Messias Bolsonaro	57
3.2 Governo Bolsonaro: de 2019 a março de 2021	59
3.3 Discursos e ações neofascistas	65
3.4 A democracia no atual contexto político brasileiro	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Não é a primeira vez que os fantasmas do fascismo e do nazismo rondam o país. Também às vésperas do Golpe de 1964 houve uma efervescência da extrema-direita de características fascistóides. Na atualidade, isso já apareceu claramente delineado com os movimentos de 2013 que, voltados para reivindicações municipais e estaduais, foram tomados por movimentos de extrema-direita de mesmo cunho. Isso era evidente pelo fato de terem ocorrido agressões contra quaisquer pessoas que portassem bandeiras de partidos de esquerda nas manifestações, cujo banimento era importante para garantir que a grande mídia desse das imagens dos acontecimentos a interpretação que lhe convinha e essa foi dada como se o movimento fosse contra a Presidente da República.

De lá para cá a palavra fascismo tornou-se chave para uma espécie de comparação entre o discurso ideológico que propunha a campanha do candidato Jair Messias Bolsonaro, então do Partido Social Liberal (PSL), e os preceitos dos regimes ditatoriais comandados por Mussolini na Itália e Hitler na Alemanha. Diante disso e das diversas confusões conceituais que giram em torno do que foi ou é o Fascismo e o Nazismo, e os termos direita e esquerda bem como da tachação do Governo de Bolsonaro como neofascista é que surgiu uma inquietação e a necessidade de pesquisar, refletir e debater as seguintes indagações: O *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 foi mesmo um golpe? O Brasil está de fato vivenciando uma era fascista, nazista ou neofascista? Qual a influência da internet e das grandes mídias nas mudanças políticas ocorridas no Brasil de 2014 a 2020?

Nessa perspectiva, a ideia foi trazer para o capítulo 1 desta dissertação um regaste histórico do surgimento das ideologias fascistas e nazistas ocorridas na Itália e Alemanha, a fim de estabelecer as principais características de cada um desses movimentos políticos sociais, e ainda definir o que é direita, esquerda e neofascismo, termos bastante usados na atualidade. No capítulo 2, buscou-se evidenciar o papel da mídia, tida como o quarto poder, visando compreender o seu potencial de formação e manipulação na formação da opinião pública, além de verificar se há responsabilidade da internet, das redes sociais e das *fake news* no possível Golpe de 2016 e eleição de Bolsonaro em 2018.

O capítulo 3 foi dedicado analisar o governo de Jair Messias Bolsonaro. A apresentação do texto visa analisar denúncias de jornalistas, cientistas, políticos e outras autoridades sobre as práticas políticas e os discursos impregnados de misoginia, preconceito racial, apologia a projetos de leis criminosos, medidas desfavoráveis às minorias, defesa do militarismo e fechamento do Congresso Nacional, entre outros tipos de comportamentos omissos e negligentes que levam o governo de Bolsonaro a ser acusado de tentar implantar uma era neofascista no Brasil.

O respaldo teórico para esse trabalho foi construído com as contribuições de GOMIS (1997), LENHARO (2006), LAVAL (2018), LÖWY (2019), ROCHA (2020), SOUZA (2017), STEVEN e ZIBLAT (2018), TRENTO (1993) e TROTSKI (2019), entre outros.

CAPÍTULO I – PERCURSO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS POLÍTICOS FASCISTA, NAZISTA E NEOFASCISTA

Nesse capítulo abordaremos os conceitos que giram em torno dos termos direita e esquerda e dos movimentos políticos denominados fascista, nazista e neofascista. A intenção é caracterizar esses tipos de governos e clarificar as ideologias que os cercam para permitir o melhor entendimento desse universo de palavras que circundam a política brasileira na atualidade. Assim, far-se-á um percurso histórico do surgimento de tais nomenclaturas e de como elas e governos perpassam o universo da política e chegam ao poder.

Ao procurar no dicionário o conceito de fascismo, temos a seguinte afirmação:

Movimento político e filosófico ou regime (como o estabelecido por Benito Mussolini na Itália, em 1922), que faz prevalecer os conceitos de nação e raça sobre os valores individuais e que é representado por um governo autocrático, centralizado na figura de um ditador. Tendência para ou o exercício de forte controle autocrático ou ditatorial (OXFORD LANGUAGES, 2021, s/p).

Como exposto, fascismo refere-se ao movimento político criado por Benito Mussolini na Itália em 1922. Tem como principal valor estrutural a tomada do poder e a manutenção pelo viés da autocracia. Entretanto, segundo Monteiro (2007), o fascismo e sua ideologia são questões conectadas e difíceis de definir, pois cada um tem um modo próprio de analisar e interpretar em razão de sua variação histórica.

1.1 Fascismo na Itália

Após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, a Itália saiu vitoriosa, porém carregada de problemas financeiros, sociais e econômicos causados pela dívida contraída com os Estados Unidos da América. Em 1921, a crise se agrava tornando cada vez mais difícil contornar as dificuldades que permeavam a nação italiana. Segundo Trento:

A guerra deixou profundas marcas também nos planos social e político. As massas populares, até aquele momento marginalizadas, principalmente no Sul, não perceberam o conflito como questão nacional, mas como fonte de sofrimentos, impostos pela classe dirigente. (TRENTO, 1993, p. 6).

As revoluções russa, húngara e alemã foram consequências sociais e políticas da Primeira Guerra Mundial, dando origem ao Biênio Vermelho na Itália, conflito que aconteceu num contexto de crise econômica resultado do aumento do desemprego e instabilidade política. Conforme Trento (1993), essa época foi marcada por greves gerais e manifestações de trabalhadores, com ocupação de fábricas e disputas pela coletivização das terras.

Esses fatores foram, talvez, a causa imediata de numerosas agitações espontâneas, que culminaram, em meados de 1919, em assaltos a lojas e armazéns, com a participação de muitos elementos da pequena burguesia. O movimento aplacou-se paulatinamente graças à ausência de repressão por parte do governo e ao controle e, às vezes, à diminuição dos preços imposta pelas autoridades, mas aplicada sem grande eficácia. Bem mais prolongada foi a série de greves por melhores salários e condições de trabalho e, em alguns casos, por razões diretamente políticas. (TRENTO, 1993, p.13).

Assim, a mobilização desses grupos expunha o medo dos setores médios, da burguesia industrial e dos conservadores. Estes, por sua vez, realizavam ações de repressão contra os manifestantes, provocando incêndios, espancamentos e até execuções, a fim de intimidar esses grupos. Os ideais marxistas se opunham inteiramente aos interesses das classes conservadoras e, dessa forma, não conseguiam convencer de que tal ideologia seria favorável ao bom andamento de um governo igualitário.

Aquele período foi marcado pelo militarismo exacerbado, nacionalismo, imperialismo e disputas territoriais, com alianças sendo firmadas entre potências econômicas internacionais e guerras sendo vistas como instrumento político legítimo para coagir sempre que alguma ameaça se fazia presente para romper com o equilíbrio dos que estavam no poder.

Nesse contexto, a Monarquia parlamentar italiana liderada por Giolitti, primeiro-ministro com princípios arraigados no liberalismo, tinha como principal opositor o Partido Socialista Italiano o (PSI), do qual Benedito Mussolini era membro até apoiar a entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, motivo que levou a sua expulsão.

A expulsão de Mussolini do poder em 1919 leva-o a criar uma organização com princípios paramilitares e sob o apoio de ex-combatentes da primeira Guerra Mundial. Esse grupo organizado foi nomeado de *fasci di combattimento*. Nasce aí a forma embrionária do Partido Nacional Fascista, cujo modelo foi construído com

base no exemplo do líder russo Lênin, introduzindo, porém, a característica paramilitar.

Após compreender qual direção havia de tomar para que a instauração do movimento fascista tomasse força, Mussolini determina o dia considerado o marco para o nascimento do fascismo como o dia 19 de março de 1919.

O fascismo nasceu oficialmente em março de 1919, quando Mussolini fundou os *fasci di combattimento*, em Milão, com um programa de nacionalismo, ataque à classe liberal, republicanismo, anticlericalismo e anseios de renovação social, encarnando, assim, as posições de uma pequena burguesia irrequieta e, principalmente, dos ex-combatentes. (TRENTO, 1993 p.17).

Mussolini usou de seu talento como orador para trazer para seu lado os *Arditi reparti d'assalto*, tropa de assalto de elite do exército durante a Primeira Guerra Mundial, cuja missão era romper as defesas inimigas e atacar com profunda violência os opositores. Em 1919, quando o movimento fascista recém-criado ainda estava dando curto passos, contando com apenas 17 mil membros e não conseguindo eleger representantes nas eleições legislativas de novembro, Mussolini obteve apenas 4.800 votos contra 170 mil do representante socialista.

Entretanto, a partir do final de 1920, Mussolini compreendeu de que lado soprava o vento e pôs-se a serviço da reação, abandonando os endereços democráticos e transformando o movimento em organização paramilitar. De acordo com Trento (1933), Mussolini aplicava um programa político vagamente socialista e fortemente nacionalista, declarava guerra aos bolcheviques e aos socialistas, denunciava o capitalismo exigindo a dissolução do Senado e a eleição de uma assembleia constituinte, anunciando uma república laica.

O fascismo italiano assumiu características extremistas, sendo também um movimento que envolvia as massas e seus dirigentes, usando de palavras que impulsionavam uma liberdade camuflada que em outros tempos não lhes parecia possível. A base sobre a qual o fascismo se desenvolveu é uma pequena burguesia. Tanto na Itália quanto na Alemanha o empenho maior para que o fascismo se sobressaísse ficava a critério da burguesia.

Operando inicialmente na área próxima à Bolonha, os esquadrões fascistas – chefiados normalmente por ex-oficiais e integrados por jovens burgueses, pequeno-burgueses e marginais – espalharam-se

rapidamente por todo o vale do Pó, pela Toscana e pela Úmbria. (TRENTO, 1993, p.17).

Conservadores buscavam apoio no fascismo contra a ideologia esquerdista e o resultado foi instantâneo, políticos e intelectuais foram expulsos do país, os jornais contrários ao fascismo foram obrigados a se calar, comércios da esquerda foram obrigados a fechar as portas, mesmo não expressando publicamente sua opinião, lideranças maçônicas foram colocadas sob o autoritarismo dos fascistas, que estavam a serviço de Benito Mussolini e suas articulações contra comunistas e socialistas.

Os resultados foram imediatos: numerosos políticos e intelectuais tiveram que se exilar, os jornais antifascistas viram-se obrigados a interromper várias vezes as publicações, a administração pública demitiu os funcionários não filo fascistas, a maçonaria foi perseguida. Em outubro, liquidou-se o antigo sindicalismo: com o Pacto de Palacio Vidoni, os empresários reconheciam como representantes dos trabalhadores apenas os sindicatos fascistas, que, em troca do respeito às convenções coletivas, renunciavam às greves e às comissões internas (TRENTO, 1993, p.30).

Assim, punha-se às claras mais uma vez o real papel do fascismo de desmontar as organizações sindicais, desmoralizar os trabalhadores, dando impulso ao capitalismo dos poderosos e formando a luta de classes na qual o capitalismo se posiciona contra as massas.

No primeiro semestre de 1921, os esquadrões destruíram centenas de seções socialistas e sindicais, ligas e cooperativas; grande parte dos governos locais foi obrigada a se demitir através do uso sumário da violência física contra os militantes operários, que culminavam em assassinato. (TRENTO, 1993, p.17).

O avanço dos fascistas somente foi possível devido ao preparo psicológico dos paramilitares para usar de violência contra os trabalhadores, fator com o qual estes não contavam para revidar ações extremistas às quais estavam expostos. Foram desenvolvendo-se por toda a Itália grupos fascistas com expressões milicianas, entre eles os Camisas Negras, milícia que homenageava os *Arditi* – tropa de assalto italiana que durante a Primeira Guerra Mundial utilizava uniformes negros.

A Marcha sobre Roma, por sua vez, foi um movimento que exigia a rendição do rei Vítor Emanuel III ao Partido Nacional Fascista. Sentindo-se pressionado, o rei convocou Benito Mussolini para compor o governo, contrariando o chefe de governo Facta, havendo ele já preparado a declaração de estado de sítio.

Cumprida a função de derrotar o movimento operário, o fascismo estava pronto para participar do governo, e suas alas mais intransigentes preparavam-se para se apossar militarmente do poder. (TRENTO, 1993, p. 20).

Com o fascismo no poder, suas práticas abusivas e autoritárias foram efetuadas. Nas eleições de 1924, fascistas saem vitoriosos e os socialistas, revoltados diante das fraudes eleitorais, expuseram as estratégias antidemocráticas fascistas. Em resposta à afronta, o deputado socialista Giacomo Matteotti é morto com crueldade por partidários fascistas.

Mussolini cria ações para acabar com instituições representativas, enfraquecendo o legislativo e dando ao fascismo oportunidade de expressar suas reais intenções por meio da “Carta de Lavoro”, contendo princípios fascistas, como Estado corporativo, liderança soberana de Mussolini, fechamento dos órgãos de imprensa, ilegalidade de partidos políticos, ingresso dos camisas negras nas forças de repressão e legalização da pena de morte.

Na realidade, por muitos anos o corporativismo não encontrou nenhuma aplicação, porque suas estruturas de base – as corporações – não foram criadas, apesar da emanção da Carta dei lavoro, em 1927, através da qual se enunciavam os princípios fundamentais da doutrina; essa carta teve muitos imitadores, entre os quais o Estado Novo getulista, que na sua Constituição copiou-a praticamente literalmente, nos artigos relativos à legislação trabalhista (TRENTO, 1993, p. 46).

Após a derrocada dos movimentos operários, o fascismo ingressa no governo por vias militares e intransigentes. Com o enfraquecimento dos sindicalistas, as greves diminuíram e o salário voltou a valores pagos antes da guerra.

Os salários conheceram uma forte redução, caindo praticamente aos níveis de antes da guerra; o governo estabeleceu limites à atividade sindical, aboliu os regulamentos internos das fábricas, a jornada de 8 horas, a legalização das ocupações anteriores de terras e até mesmo o Ministério do Trabalho. (TRENTO, 1993, p. 22).

A partir de 1925, Mussolini se declara ditador, impondo um Estado policial que monitorava a população e impedindo a liberdade de expressão. Partidos e políticos foram violentamente perseguidos. Propagandas políticas eram anunciadas e jovens eram doutrinados por meio da educação. A política de Mussolini, aclamado como líder supremo pelos fascistas, era baseada na exaltação das virtudes, cultuando sua personalidade ditatorial.

Mussolini sabia que uma insurreição armada não teria chance nenhuma, se o exército interviesse com determinação. Entretanto, ele não ignorava que uma parte da classe dirigente acreditava ter chegado a hora de o fascismo participar do governo em um plano subordinado; através da ameaça das armas, Mussolini pretendia exercer pressão para obter maior espaço e chefiar o governo, fortalecido pelo total apoio dos latifundiários, de grande parte dos empresários e das forças armadas (TRENTO, 1993, p. 20-21).

O Estado fascista aniquilou a maioria das vias políticas de oposição, durante oito anos, levando à morte milhares de civis e outros tantos presos ou deportados. Após a ascensão do fascismo sobre o comando de Mussolini, Giacomo Matteotti é sequestrado e morto pelos esquerdistas. Matteotti evocava em seus discursos as ilegalidades às quais as eleições foram expostas, com o intuito de levar o fascismo ao poder, fato que Mussolini negava, sem, contudo, convencer os antifascistas. Diante da crise, o fascismo se vê obrigado a recuar.

A indignação no país (e no Exterior) foi enorme, não só nas camadas proletárias, mas em todas as classes sociais; o fascismo sofreu grave crise: distintivos e fardas desapareceram das ruas e os jornais de oposição multiplicaram as vendas. A iniciativa voltou às mãos dos outros partidos, que, porém, não souberam propor soluções concretas. (TRENTO, 1993, p. 28).

Os comunistas não aderiram à greve temendo a repetição do fracasso de 1922. Deputados antifascistas começam a trabalhar na clandestinidade até que a milícia fosse eximida, não ocorrendo como previsto pelos antifascistas. Mussolini aproveitou-se do receio que a alta estirpe tinha do empoderamento das massas para dobrar o número de deputados antifascistas. Com os opositores no poder, o regime totalitário firmado e o apoio das classes dominantes, o fascismo pretendia eliminar todos os perigos que pudessem surgir de outros setores. A igreja católica naquele momento era a única a apresentar perigo às realizações totalitárias do regime, diante da força representativa na Itália.

Liquidadas as oposições, afirmado institucionalmente o regime, conquistado o suporte das classes dominantes e da monarquia, o fascismo tinha necessidade de eliminar qualquer perigo que pudesse provir de outros setores. A Igreja, que no momento se mostrava não conflituosa e até mesmo amistosa, era a única instituição capaz de criar problemas frente aos planos totalizantes do regime, que se chocariam, a médio prazo, com a função agregativa e socializante que aquela instituição sempre teve na Itália. (TRENTO, 1993, p. 32).

Acordo firmado entre catolicismo e fascismo, a religião oficial passa a ser católica, sendo obrigatoriamente ensinada nas escolas, levando o fascismo a

grande popularidade que alcançou nível internacional. Consolidado, esse partido se impõe na política italiana como regime reacionário de massas e sistema ditatorial de classe.

O apoio da igreja foi de grande valia para o fascismo nas eleições de 1929, com o sistema plebiscitário sendo aplicado pela primeira vez, com apenas uma legenda e com número de candidatos igual ao número de vagas, no qual o eleitor somente rejeitaria ou aprovaria o candidato. Todo esse processo resultou na aprovação quase unânime de Mussolini, com 94,4% favoráveis e apenas 1,6% contrários.

O catolicismo foi proclamado religião oficial do Estado, base do ensino, tornando-se, portanto, obrigatório nas escolas de segundo grau; os padres hereges ou que tinham abandonado o sacerdócio viam-se excluídos de alguns direitos civis e, principalmente, do emprego público; o casamento religioso passou a ter validade civil; a cidade de Roma obteve o caráter de sagrada – a Ação Católica, que agia no setor que mais interessava ao regime – o da juventude – permanecia inalterada. (TRENTO, 1993, p. 34).

De acordo como o que foi apresentado, fica evidente que o fascismo é um movimento político, social e econômico com variadas nuances e por isso deve ser analisado sob um contexto específico, no qual é óbvia a presença do totalitarismo, nacionalismo, militarismo, controle social e associação à religião para validação dos propósitos ditatoriais, visto que a igreja e as crenças exercem poder manipulador frente às massas.

Nesse sentido, o fascismo, implantado na Itália de 1922, apresentou-se na forma de um Estado totalitário que, como tal, controlava todas as manifestações da vida individual e nacional. A autoridade do líder era indiscutível, pois ele era considerado o mais preparado e aquele que sabia exatamente de que a população necessitava. A defesa do nacionalismo prometia às massas a supremacia da nação e o conseqüente bem supremo de todos. Essa promessa viabilizava todo e qualquer sacrifício dos indivíduos, mesmo que a moeda de troca fosse a morte.

No campo econômico, o regime fascista de Mussolini concordava com algumas ideias capitalistas, como a propriedade privada e a livre iniciativa das pequenas e médias empresas. Por outro lado, defendia a intervenção estatal na economia, o protecionismo e, no caso de algumas correntes fascistas, a nacionalização de grandes empresas.

O militarismo era usado como símbolo de sustentação do regime pela força e violência, mas era “vendido” como a salvação nacional, pois a organização militar seria defensora da luta anticomunista. Assim, com um discurso regado de conservadorismo das boas práticas e bons costumes, sob as bênçãos de Deus e em comunhão com a igreja, os fascistas conseguem o apoio de boa parte sociedade.

1.2 Nazismo na Alemanha

A definição do termo nazismo no dicionário é a seguinte:

Relativo ao partido nacional alemão, socialista e de extrema-direita, fundado e consolidado por Adolf Hitler (1889-1945), cuja ideologia política baseava-se no racismo, segregação racial, antissemitismo (ódio aos judeus) e hitlerismo (DÍCIO, 2021).

Dessa forma, a palavra nazismo está relacionada ao governo imposto por Adolph Hitler na Alemanha. Embora haja uma confusão entre os vocábulos e nazismo e fascismo apresentem algumas semelhanças, suas ideologias têm também algumas diferenças. Segundo Bobbio,

as divergências entre o fascismo italiano e o alemão aparecem ao se notar que o primeiro apresentou um caráter revolucionário e radical de esquerda, enquanto o segundo foi essencialmente reacionário e radical de direita. (BOBBIO, 1998, p. 468).

Assim, conforme Bobbio, um ponto relevante que diferencia nazismo de fascismo é sua origem ou formação inicial, dado que este tem seu berço nas ideologias de esquerda e aquele surge ambientado nos preceitos da direita. O nazismo é definido como o movimento ideológico idealizado por Adolf Hitler e materializado com a criação do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, o que ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Lenharo (2006), o nazismo também tem suas bases relacionadas ao extremismo apregoado na sociedade alemã na virada do século XIX para o XX. Os preceitos nazistas tinham como princípios o nacionalismo extremo, a exaltação da guerra como forma legítima para promover o desenvolvimento da nação, além de antissemitismo, totalitarismo, anticomunismo, antiliberalismo e preconceito racial contra minorias.

O momento da formação do discurso do partido nazista em 1919, é de crise nacional intensa e de grande movimentação contrarrevolucionária. A derrota na Primeira Guerra Mundial, as imposições do Tratado de Versalhes e a queda do imperador vieram junto com as sucessivas arremetidas dos comunistas alemães, que a qualquer custo tentavam a tomada do poder, nos moldes soviéticos. (LENHARO, 2006, p.18).

Aproveitando-se do momento de crise nacional, Hitler propõe mudanças nas diretrizes do partido nazista, cujos principais pontos exigiam a exclusão dos judeus da comunidade alemã, a nacionalização das indústrias monopolistas e a concretização da reforma agrária. Os nazistas, porém, direcionaram sua política para a extrema-direita. Assim, para a ascensão dos ideais de Hitler, foram usadas ideias de esquerda, criadas apenas para florear o discurso no intuito de convencer as massas dos benefícios da política nazista.

Uma das armas para essa escalada foi reaproveitar a forma e o conteúdo das palavras de ordem e das diretrizes dos esquerdistas. A esse respeito, Hitler diria no Mein Kampf (Minha luta) que havia aprendido muito com os métodos dos comunistas e não com sua doutrina. Muito dos 25 pontos do programa do partido nazista, de 24 de janeiro de 1920, eram consagrados a fins nacionalistas e racistas. (LENHARO, 2006, p. 17).

A economia alemã sofreu com o impacto da guerra, sobretudo pela indenização cobrada por britânicos franceses e belgas. Tal medida fazia parte do Tratado de Versalhes, que também proibia a Alemanha de compor uma força militar superior a 100 mil homens, além de ter imposto ao país a perda de uma série de territórios. Aos nazistas, a solução para sair da situação em que se encontravam era a criação de um Estado forte, atribuindo a culpa pela derrota ao governo alemão.

1.3 Neofascismo: conceito

O termo neofascismo está cada vez mais presente nos contextos políticos. Perpassando as discussões que envolvem nazismo e fascismo, neofascista é uma nomenclatura que designa adeptos da ideologia fascista de Mussolini. Tal palavra surge no contexto pós-guerra, sendo atribuída aos admiradores de práticas políticas que apreciam o nacionalismo, o anticomunismo e as formas autoritárias de poder.

Surgindo após a Segunda Guerra Mundial, o neofascismo é uma espécie de continuação do fascismo clássico, porém com uma roupagem discursiva que

mescla os interesses de conquista de poder autocrático, com um tom mais brando e disfarçado, a fim de não causar polêmicas com os opositores, normalmente defensores da democracia. Nesse sentido, assim se posiciona Löwy (2019):

Proponho designar como “neofascistas” líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930 – e, com frequência, raízes históricas nesse passado – mas também algumas diferenças substanciais. Trata-se de fenômenos novos, que não são idênticos aos que conhecemos no passado. Alguns exemplos: o partido de Marine Le Pen na França, o FPÖ (“Liberal”) da Áustria, o partido *Vlams Belang* na Bélgica, Salvini e a *Lega* italiana, Jair Bolsonaro (sem partido orgânico), etc. Trump tem alguns aspectos neofascistas, mas misturados com o reacionarismo tradicional. (LÖWY, 2019, s/p).

Numa perspectiva mais recente, Löwy (2019) conceitua como neofascistas as lideranças políticas ou governos que guardam aspectos similares aos líderes do fascismo clássico. O autor enfatiza que o neofascismo é um fenômeno singular que mistura características nazifascistas aos modelos de governo da atualidade, citando o governo Trump (2017-2020) com sua tendência nacionalista e reacionária.

Embora no Brasil nunca tenha de fato sido oficializado um movimento político autointitulado fascista ou neofascista, existiram e existem aqueles que a tais se assemelham ideologicamente, tanto no século XX quanto no século XXI. Esse é o caso da Ação Integralista Brasileira (AIB), criado por Plínio Salgado. De acordo com Teles (2016):

No Brasil, a maior característica do fascismo é se travestir de democrático e liberal. Sob o discurso pacifista, legalista, nacionalista e do “bom” cidadão, as ações fascistas ocorrem pela violência contra o divergente, o “anormal”, o “desqualificado”, o “vândalo”. De modo geral, utilizando-se das estruturas do Estado policial, em especial das instituições militares, mas também via judiciário, a repressão e a violação de direitos ocorrem sob a alegação de se fazer o que é possível na situação atual. Com isto se legitimam políticas públicas desrespeitosas, que promovem a desigualdade e aprofundam a injustiça social (TELES, 2016, s/p).

Enquanto a Europa era devastada pela tomada de poder por governos autoritários, no Brasil tinha início o chamado Estado Novo, instaurado por Vargas, governo centralizador, que concentrava ao poder Executivo atribuições antes divididas com o Legislativo. Tal fato reforçava a versão de que a democracia liberal deixaria de existir.

Naquele período em que o mundo vivia num cenário político de práticas autoritárias severas, mecanismos de comunicação e propaganda foram usados como instrumento disseminador da ideologia no meio social. O trabalho de propagar tais doutrinas no governo Vargas ficava a critério do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criada com o intuito de controlar e doutrinar as manifestações de pensamento do país. Segundo Boeckel (2005):

Certos mecanismos de promoção do governo que ganham força durante o primeiro período em que Getúlio Vargas esteve no poder são utilizados até hoje na comunicação política. Nenhum deles é inédito; alguns são utilizados desde os tempos da Grécia Antiga, mas ganham força com os fluxos migratórios para as cidades, com a industrialização e o desenvolvimento dos meios de comunicação. (BOECKEL, 2005, p. 34).

Com ações características de governos autoritários, durante o Estado Novo Vargas não fugiu à regra, mesmo com medidas que o aproximariam das classes trabalhadoras, instituindo férias remuneradas, diminuição da jornada de trabalho, descanso semanal obrigatório, licença maternidade e proibição de trabalho para menores de quatorze anos.

Durante o Estado Novo (1937-1945), foi construído um novo conceito de "democracia" – definida como "substantiva" (econômica, corporativa, social e sindical) – ligada aos direitos sociais do trabalho, dissociada dos direitos políticos abolidos em 1937, criando um espaço público e institucional: de um lado, para a formulação das leis sociais, atributo exclusivo do Estado, dentro de um modelo legislado e não contratual que nega aos agentes privados da produção o poder de produzir regulação sobre o mercado de trabalho e fazê-la valer. E de outro, para o exercício da cidadania das classes trabalhadoras dentro dos sindicatos oficiais, a "cidadania corporativista", configurando um projeto de construção de uma identidade operária reapropriada e, permanentemente, ressignificada pelos trabalhadores em suas relações com o Estado. (ALVES, 2015, p. 142).

As propostas apresentadas no período de Estado Novo concentravam o poder no Estado, tido como única instituição capaz de garantir a harmonia Nacional. Levando em consideração a quantidade de semelhanças com o fascismo histórico, o Estado Novo foi identificado como doutrinação fascista.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial e do totalitarismo, surgem alguns grupos neofascistas cujo principal objetivo era resgatar valores daqueles governos ditatoriais, com o ódio destinado aos judeus sendo agora dirigido a negros, pobres, homossexuais (LGBTs), indígenas, imigrantes, refugiados, mulheres e outras minorias.

A grande semelhança entre o fascismo e a ideologia neofascista é a tomada do poder pela violência, a imposição de hierarquias, a manutenção da hegemonia pela privação de liberdade e a cassação de direitos do cidadão, caso o Estado considere necessário. Ao falar em disseminação de ideologia neofascista, é possível fazer uma comparação entre o governo Vargas e o atual governo Federal e seus apoiadores que, conseqüentemente, eram os mesmos, como é possível observar na análise de Tatiana Poggi:

A mística e a demagogia fascista trouxeram unidade, criaram uma identidade para um conjunto social variado, composto de empresários, operários, camponeses, pequenos burgueses, militares, profissionais liberais etc. Segundo Guerin, o fascismo suscita a fé, cria mitos, prefere convencer pela emoção que pela racionalização. Exige uma entrega espiritual ao projeto social, o sacrifício em nome da nação e a devoção ao líder, visto como herói, salvador, uma personalidade providencial. Aliado ao culto ao líder e a à nação, o autor ressalta ainda a mística em torno da juventude, exaltando o futuro e a renovação, e do “ex-combatente”, desconhecido transformado a mártir da luta. Toda essa mística era fortemente adornada por símbolos que aludiam à força, à honra, à grandiosidade, à disciplina e à ordem. (POGGI, 2012, p. 33 *apud* GUÉRIN, 1973, p. 31).

Dentre as diversas formas de promover um governo neofascista, a mais recentemente usada no Brasil é a instituição de bodes expiatórios, apontados como causadores de determinados fatos e usados para desviar a atenção dos cidadãos. O governo é aclamado como herói, temente a uma divindade, um líder exemplar e legitimamente capaz de dirigir seu país. Termos como esses, já usados para a ascensão de Vargas ao poder, agora estão sendo utilizados para a ascensão do atual governo ao poder federal.

O princípio do bode expiatório baseia-se na procura de alguma instituição ou figura presente na sociedade que passe a ser apontada pelos representantes do governo como a causadora de todos os problemas existentes na nação. (BOECKEL, 2005, p. 34).

A condição imposta ao bode expiatório – que pode ser uma figura pública ou mesmo uma instituição – fica nítida para alguns, porém outros, mesmo compatriotas, acabam por abominá-los. Desmoralizar tais figuras fica a critério da mídia manipuladora da grande massa.

No processo da comunicação, o bode expiatório passa a ser alvo de diversas mensagens de propaganda em que o poder oficial promete ao povo extirpar da sociedade esta instituição ou figura. Caso consiga, a maioria dos problemas da população estaria solucionada. O bode

expiatório é exposto como algo ou alguém que se alimenta das mazelas do país para aumentar sua riqueza. (BOECKEL, 2005, p. 34).

Getúlio Vargas não foi o único a usar dessa estratégia. Em uma de suas diversas ações antidemocráticas, acusou os comunistas de um plano para matar políticos de grande influência na época, conspiração que ele chamou de Plano Cohen, que serviu para derrubar seus inimigos políticos e instaurar a doutrina militar no país. Hitler, por sua vez, usou dos judeus para justificar seu antissemitismo, dizendo que eram culpados pela pobreza que atingia o povo ariano, tido por ele como originalmente puro. A difusão de tais ideias legitimou ações dos nazistas, que lançavam judeus em campos de concentração e confiscavam as fortunas destes.

Aparentemente, os camisas verdes acreditavam que isto seria superado pois tinham participado ativamente das articulações para o golpe do Estado Novo, fornecendo, inclusive, a justificativa para que ele fosse deflagrado por Getúlio Vargas, o Plano Cohen. (LAPUENTE, ANDRADE e PIMENTA, 2020, p. 28).

Dado o fato de o neofascismo adaptar-se com facilidade a diversos contextos políticos e sociais em razão da apropriação de elementos de outras ideologias, esse conceito é complexo, mas não impossível de ser explicado. Entre os muitos objetivos dos governos neofascistas, estão a eliminação da esquerda, que no século XX no Brasil era composta apenas por dois partidos, um comunista e outro socialista, apoiados pela grande massa.

Para alguns, o comunismo é tido como o ponto mais alto da evolução dos seres humanos, numa sociedade que lutaria unida para acabar com a disparidade social, considerada responsável pela violência e a pobreza. Trata-se do estágio final do sistema socialista, que entraria em vigor a partir do momento em que o Estado, país ou qualquer divisão territorial fosse extinta e suas riquezas distribuídas de forma igualitária entre a nação.

Uma quarta característica é precisamente esta, a dialética entre o comum ao fascismo em geral e as diferenças de cada um deles, o que se vê claramente no diferente das versões reacionárias da história nacional correspondente, da sua memória militar, da sua cultura popular etc. Enquanto as esquerdas revolucionárias abandonavam ou menosprezavam o profundo poço inconsciente do identitário, dos referentes nacionais, os fascismos figuram não apenas o contrário, também as identidades, sobrevalorizam os seus conteúdos reacionários e varrendo e ocultando os progressistas, e sobre tais bases construíram artificiosas mitologias nacionalistas, imperialistas e contrarrevolucionárias (SAN VICENTE, 2004, s/p).

Dentre as ações tidas como características dos governos neofascistas, estão a criação de uma base militar aliada, tanto nos governos do século XXI, quanto nos governos fascistas século XX. Para que a sociedade se convencesse dos “benefícios” do neofascismo, os governos incentivam a criação de formação técnica para preparar o indivíduo a fim de que ele ocupe espaços antes preenchidos por profissionais de formação superior, sabendo que seus serviços seriam prestados a custo bem menor que o costumeiro.

Um ponto de extrema importância é a utilização das tecnologias para comunicação, e a velocidade com que esses ideais neofascistas alcançam seus apoiadores através da mídia, ferramenta bastante significativa nos últimos oito anos. Tais motivos nos levam a entender a necessidade de identificar os transmissores de notícias e sua importância para a formação de uma sociedade.

A mídia, seja qual for, tem papéis fundamentais no desenvolvimento de um povo e, por conseguinte da humanidade, principalmente em função da socialização da informação, da democratização do conhecimento e do direcionamento psicossocial. Ou seja, as diferentes mídias ou meios de comunicação deveriam assumir para si o papel fundamental de elevar o nível de informação e conhecimento da população tornando-a intelectualmente mais desenvolvida e tecnicamente mais útil. (TRIBUNA, 2009, s/p.).

Em virtude da importante função assumida pela internet, é fundamental saber como o fato chega ao espectador, pois junto à facilidade na circulação vem a incerteza quanto à validade das notícias, que circulam apenas com objetivos políticos. Atualmente os meios de comunicação em massa vêm sofrendo alterações em sua estrutura, deixando de lado seu importante papel e apenas fantasiando a mente de quem os observa, portanto se tornam incapazes de levar o indivíduo a pensar.

Entre as principais características dos governos neofascistas de hoje, está a admiração por governos ditatoriais, cujos ídolos são Hitler e Mussolini. Os governos neofascistas não são nacionalistas como eram os fascistas, mas submissos a países desenvolvidos economicamente e chamam essa submissão de aliança entre nações. O uso da força também é comum às governanças fascistas, que recrutavam milícias, com determinada padronização e uma escala hierárquica bem óbvia.

Nos movimentos neofascistas atuais também existe o uso da força, mas seus apoiadores são instigados a agir com violência, sem que apareça uma ordem expressa de seus líderes, ou seja, as ordens são emitidas de maneira camuflada. A estratégia é tão bem elaborada que cada uma das mensagens subliminares enviadas pelo líder neofascista alcança seu apoiador de acordo com seus perfis, por meio das redes sociais. Ao contrário dos fascistas clássicos, que destilavam seu ódio sobre os judeus, os neofascistas fazem a troca de seus inimigos, como podemos ver nos escritos de San Vicente (2004).

Uma sexta característica é que tal ideologia foi internamente reforçada pelo impulso de todos os componentes sadomasoquistas e neuróticos da estrutura de massa psíquica do capitalismo; pelo mito do líder, caudilho, líder ou condutor que assume o papel de autoridade sádica que delega parte de seu poder a seus seguidores submissos e incondicionais, que obedecem com doses de masoquismo que por sua vez descarregam seus desejos frustrados e seu ódio sobre os inferiores, estabelecendo uma cadeia de transferência de repressões sublimadas e de comando de cima para baixo em que o irracionalismo e os fantasmas do inconsciente tinham a mesma força ou até mais que a consciência. A família patriarcal, o machismo mais machista e misógino. (SAN VICENTE, 2004, s/p).

Atualmente os dois maiores casos de neofascismo estão nos Estados Unidos e no Brasil, com o eixo de ódio redirecionado, como já foi mencionado anteriormente nesta análise, tendo em vista que o preconceito esteve historicamente presente. Como nos descreve Poggi (2012),

A vida social na propriedade é regida por padrões tradicionais de moralidade e patriarcalismo numa tentativa romântica de reproduzir uma realidade passada considerada ideal. Os papéis sexuais eram rigidamente fixados: as mulheres são encarregadas de serviço da casa, enquanto os homens são responsáveis pela proteção e pelo prover da família. (POGGI, 2012, p. 393).

Tanto social quanto politicamente, acredita-se que o apoio ao neofascismo vem da pequena e grande burguesia.

No passado e no presente as forças jurídicas e repressivas (militares) atuaram e atuam para criminalizar e conter a marcha organizativa dos trabalhadores em suas mais diferentes manifestações, não se podendo esquecer que as forças repressivas (polícias militares e mesmo as forças armadas) nunca deixaram de intervir para conter dentro de limites aceitáveis (para os donos do poder) os movimentos sociais e para garantir a segurança e funcionamento do Estado burguês. Em vários momentos da história, os próprios militares assumiram o controle do poder, sob a justificativa da necessidade de garantir a ordem e a segurança para o progresso e desenvolvimento do país. (LUCENA, PREVITALI e LUCENA, 2017, p. 3).

Outra grande parte de apoiadores são religiosos que, em sua maioria, defendem o neofascismo sem nem mesmo saber o que isso de fato significa, mas fazendo dele sua bandeira ideológica.

O objetivo era criar na população um sentimento de oposição ao governo João Goulart e pela necessidade de sua deposição. Para esse trabalho “intelectual” e de organização das forças conservadoras, desenvolvido pelo IBAD e pelo IPES, a Igreja Católica, que temia o comunismo, por se identificar com o ateísmo, tinha importante atuação. A Igreja teve importante participação com o movimento de direita Tradição, Família e Propriedade (TFP) e com a promoção, logo após o comício da Central do Brasil, 20 em 13 de março de 1964, de grandes Marchas da Família com Deus pela Liberdade, na qual os católicos conservadores manifestavam desagrado com as reformas de base anunciadas por Jango (LUCENA, PREVITALI e LUCENA, 2017, p. 20).

A Ditadura Militar, período de perseguição aos direitos do cidadão e empecilho à liberdade de expressão, interrompendo a democracia por mais de 22 anos, deixou de aplicar o conceito de Estado Democrático de Direito, que preconizava liberdade civil, direitos humanos e garantias fundamentais por meio da proteção jurídica. Percebemos no cenário atual uma recombinação de ações que nos levam ao neofascismo, fazendo da democracia representativa um objeto dominado pela mídia e pelo poder do dinheiro.

Os movimentos e grupos da direita de hoje também estão sobrevivendo e se adaptando e, com a exceção dos nostálgicos que ainda insistem na versão original dos anos 1930, os novos fascistas (neofascistas, pós-fascistas ou como se queira chamar) se adaptaram ao mundo contemporâneo e é com esses que devemos nos preocupar centralmente. (BERTONHA, 2012, p. 108).

Para Bertonha (2012), é bem possível a presença de grupos disfarçados com práticas de combate à corrupção se aproveitem da crise no sistema político e revirem a democracia. O fascismo clássico, de origem nos anos de 1930, jamais voltará, mas vale lembrar que a cultura que lhe deu vida continua atuante.

1.4 Direita, centro e esquerda: posições políticas

A história sobre as nomenclaturas direita, centro e esquerda tem como marco inicial na Revolução Francesa em 1789. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, os Girondinos, considerados conservadores e defensores dos interesses da burguesia, sentaram-se do lado direito. Os Jacobinos, mais radicais e defensores da luta por garantia de direitos para a população mais pobre,

ocupavam o lado esquerdo. E ao centro ficaram, em tese, o grupo com posicionamento mais moderado, que não estava inclinado a concordar ou discordar com as decisões nem dos da direita, nem da esquerda. Foi a política implementada por Edmund Burke e Thomas Paine que melhor cunhou o conceito dessas posições contrastantes.

A partir desse marco histórico, as posições centro, direita e esquerda passaram a ser referência para denominar o viés ideológico dos adeptos do conservadorismo (direita) ou progressismo (esquerda). Essa polarização gera inúmeros problemas e polêmicas, sobretudo porque, a partir do século XIX, houve uma radicalização ideológica tanto de um lado quanto do outro. Essa radicalização passou a ser chamada extrema-direita ou extrema-esquerda. Historicamente os autores considerados de direita, como Donoso Cortez e Charles Mauras, bem como aqueles designados de esquerda, como Karl Marx e Bakunin, entre outros, estimularam gerações de intelectuais, movimentos políticos e ativistas que levaram às últimas consequências a crença em sua ideologia

Nos últimos anos houve a ascensão da extrema-direita reacionária, autoritária e/ou “neofascista”. Esta já está à frente de metade dos países em escala global. Alguns dos governos de direita mais conhecidos são: Donald Trump (USA), Modi (Índia), Orbán (Hungria), Erdogan (Turquia), Duterte (Filipinas), e agora Bolsonaro (Brasil). Para Laval (2016), o avanço da direita acontece em razão do enfraquecimento da representatividade dos ideais da esquerda frente às imposições do capitalismo. Assim:

a esquerda política está tão desacreditada, e o sistema de democracia representativa tão desmoronado por dentro pela sua impotência face à lógica destrutiva do capitalismo financeiro, que a raiva social não beneficia eleitoralmente a esquerda, mas parece beneficiar a extrema-direita. (LAVAL, 2016, s/p).

Para Löwy (2019), a extrema-direita atual se cobre de ideias conservadoras de resgate e manutenção de tempos e modos de viver das sociedades antigas, e acaba por legitimar a violência e o autoritarismo. Existem vários outros países em que os governos atuam próximos dessa tendência, como: Japão, Áustria, Polônia, Birmânia, Colômbia, entre outros.

Outros conceitos têm sido usados para designar a extrema-direita atual. O termo “conservadorismo” é muito utilizado no Brasil, mas não é o mais apropriado: não se trata de uma corrente conservadora, no sentido de

tradicionalista, nostálgica do passado, mais de um autoritarismo violento, moderno, geralmente neoliberal. (LÖWY, 2019, s/p).

A inacreditável ascensão da extrema-direita por vários países é prova de que os apoiadores dos regimes autoritários de governo sempre estavam à espreita e não perderam a oportunidade de mudar os rumos tomados pelo país. Diante disso, é possível observar características semelhantes entre as duas ideologias, com o neofascismo atual apenas acrescentando pontos de modernização nas ações expostas e deixando evidentes semelhanças entre o fascismo do século XX e o neofascismo do século XXI. Para Bertonha:

Dizer que o fascismo não é mais um risco para a democracia ocidental, contudo, não significa dizer que os elementos da cultura da direita que o formataram tenham desaparecido. Uma nova combinação desses elementos no modelo clássico é improvável, mas eles podem ser recuperados em um novo formato e/ou influenciarem o Estado e os governantes no poder sem necessariamente convertê-los em fascistas (BERTONHA, 2012, p. 106).

No Brasil sob os bolsonaristas existem dois condutores, de um lado a extrema-direita insuflada que direciona a organização internacional neofascista do governo Trump, seguida por Paulo Guedes que busca incansavelmente o desmonte do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a fim de transformar o Brasil em um paraíso para a burguesia. Unidos, ambos conseguem isso por meio do apoio dos pobres iludidos com o grito de “esperança” dado pelo governo atual. Segundo Laval (2016), a esquerda teve sua governança desacreditada, uma vez que o neoliberalismo assumiu o controle das políticas econômicas.

Deve-se também salientar que a esquerda global está comprometida e desacreditada entre as vítimas do neoliberalismo. Hoje, a recuperação neoliberal é mais difícil, mas existe precisamente na forma do projeto de extrema-direita que consiste em desviar a ira social, o ressentimento e a frustração contra os inimigos internos cuja lista é a priori infinita (esquerda, mídia, pobres, negros, mulheres, homossexuais etc.), enquanto conduz à acelerada transformação neoliberal da sociedade, que só poderá acentuar a crise social, as desigualdades e o enfraquecimento dos laços sociais (LAVAL, 2016, s/p.).

No Brasil, os partidos de direita saíram vitoriosos nas eleições municipais de 2020 sobre os partidos de esquerda. Assim, PT, PSB, PDT, PCdoB e PSOL, que fazem parte da base esquerdista brasileira, não conseguiram colocar a maioria de seus representantes nas prefeituras.

Do lado da esquerda, o PT, PSB, PDT e PCdoB sofreram recuos, com exceção do PSOL, que dobrou o número de prefeituras, passado de 2 (duas) para 4 (quatro). Boulos com Erundina disputam o segundo turno na maior capital do país, pelo PSOL, enquanto Manuela D'Ávila com Miguel Rossetto disputam o segundo turno em Porto Alegre, pelo PCdoB. A COVID-19 beneficiou os candidatos à reeleição, independentemente de espectros políticos. Outrossim, houve a maior abstenção dos últimos 20 (vinte) anos, com 23,10%. (CARTA CAPITAL, 2020, s/p.).

Já os partidos de direita ou do centrão avançaram em 2020. PSL, AVANTE, DEM e REPUBLICANOS são representantes dos ideais conservadores apregoadas pelo bolsonarismo, conforme afirma a Carta Capital.

Por outro lado, partidos de direita ou centro-direita avançam em número nas prefeituras dos 5.570 municípios brasileiros, fazendo parte de espectros que, embora não representem diretamente o bolsonarismo, compartilham das mesmas pautas conservadoras. São exemplos o PSL, que triplicou o número de prefeituras, passando de 30 (trinta) para 90 (noventa); o Republicanos, que dobrou, de 104 (cento e quatro) para 208 (duzentos e oito); o Avante, que passou de 15 (quinze) para 80 (oitenta) prefeituras; e o DEM, que passou de 265 (duzentos e sessenta e cinco) para 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) representantes nos executivos municipais (CARTA CAPITAL, 2020, s/p).

Diante do exposto, torna-se visível que o avanço dos ideais neoliberais de direita e os diversos conflitos ideológicos e escândalos de corrupção envolvendo os partidos de esquerda promoveram a polaridade política no Brasil. O professor João Cezar Castro Rocha (2020), em entrevista ao jornalista Leonardo Attuch, explica que a ascensão da extrema-direita é um fenômeno transdimensional, muito associado à tecnologia digital.

Pesquisar as características dos movimentos fascista e nazista, assim como a problemática que envolve o posicionamento de direita, centro e esquerda, possibilitou compreender alguns pontos de convergência e divergência entre esses movimentos. Assim, ficou evidente que é ponto comum entre a direita e a esquerda é o bem comum da sociedade. É inegável que, independentemente da preferência por partidos políticos, todos almejam uma sociedade justa e com oportunidades para todos. Entretanto, o viés de cada um para alcançar o sucesso nos projetos e nas políticas públicas segue caminhos bem diferentes.

Nessa perspectiva, os movimentos de direita visam conquistar os seus ideais de sociedade próspera mediante planos de governo em que o conservadorismo, a economia e a meritocracia são objetos centrais. O conservadorismo se manifesta nos discursos de manutenção das famílias e dos

bons costumes, que se apoiam nas crenças das pessoas, na religião e reproduzem passagens bíblicas para sustentar e validar discursos preconceituosos. É a favor da manutenção do status quo de uma sociedade que não aceita mudanças na evolução da humanidade, discrimina as diversidades étnico-raciais, sexuais e de gênero.

No setor econômico, os adeptos da direita quase sempre pertencem à elite ou à classe de comerciantes (burgueses), que precisam explorar, e até escravizar, a mão de obra da população menos favorecida para aumentar seus lucros e garantir a eterna divisão de castas. Adotam a visão parcial de que a meritocracia é para todos os que se esforçarem, sem levar em consideração o histórico de desigualdades que nunca será superado, enquanto não houver uma verdadeira implementação de políticas de inclusão e de oportunidades iguais para todos.

Neste sentido, os movimentos esquerdistas se contrapõem aos direitistas, pois buscam estabelecer planos de governo que integram a sociedade, oferecendo às pessoas mais carentes medidas assistencialistas enquanto não é possível tornar a sociedade mais justa e igualitária. Essas ações são vistas como paliativas pelos apoiadores da direita e servem como ponto de sustentação argumentativa no processo de tentar reduzir os esforços da esquerda a apenas ações que fazem apologia ao comunismo ou ao socialismo, argumentando que tais programas tornam a sociedade escrava de programas sociais que impedem o crescimento econômico e a prosperidade de todos.

Fica evidente, portanto, que na disputa da direita *versus* esquerda está implícita uma luta de classes. É a batalha entre explorados (trabalhadores) e exploradores (patrões), entre quem luta por justiça social e por quem não pretende renunciar à lucratividade da exploração da mão de obra barata.

CAPÍTULO II – GOLPE DE 2016 E ELEIÇÕES 2018

Este capítulo traz para a discussão o golpe de 2016, que depôs Dilma Rousseff e levou seu vice, Michel Temer, ao poder. As manobras políticas lideradas pelos líderes de direita, aliadas à repercussão em larga escala pelas grandes mídias, levou o país a uma crise política e econômica histórica. A ideia neste espaço é mostrar a influência da grande mídia, das redes sociais e a internet na trajetória que alicerçou o *impeachment* de Dilma Rousseff e elegeu Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

2.1 Atuação das mídias

As mídias são formadas pelos mais diversos meios de comunicação, telefone, rádio, jornais e revistas, televisão e internet são responsáveis pela propagação de diversos tipos de informações e pela conexão da grande massa social. A mídia, seja ela qual for, é fundamental no processo de desenvolvimento da sociedade em sua interação com o meio. Assume, portanto, o importante papel de levar notícias e manter as pessoas a par dos acontecimentos. Essa ação pode elevar o nível de conhecimento de quem a utiliza.

Entretanto, é necessário entender melhor o funcionamento e os contextos de atuação dos meios de comunicação, visto que a mídia é considerada o quarto poder, dada sua capacidade de influenciar e até alienar a população. Segundo Lorenzo Gomis, a influência que os meios de comunicação exercem sobre a opinião pública está ligada ao poder de persuasão e a técnicas específicas de manipulação dos fatos colocados à frente do espectador.

A grande capacidade persuasiva dos meios não estará tanto naqueles textos que tratam abertamente de persuadir sobre algo por meio de razões e argumentos, quanto a imagem contínua da realidade que nos é colocada à frente dos olhos, e que se compõe dos fatos que seleciona em cada noticiário. O que basicamente influencia a sociedade é a imagem do presente, colocada diante das mídias. E a persuasão fundamental é aquela cujos fatos efetivamente existem (Gomis, 1997, s/p).

Desse modo, a grande imprensa, detentora dos circuitos de televisão e telejornais, ainda é um dos maiores meios de propagação de informação. E por isso tem papel fundamental na seleção e tratamento das notícias do meio político, artístico e cultural. Está, portanto, imbuída do poder de escolher ser imparcial diante

dos fatos ou transmitir as informações que mais convêm aos patrocinadores. No Brasil, a Rede Globo é a maior detentora de telespectadores e ostenta quase sempre o primeiro lugar em audiência. Nesse sentido, Lucena, Previtali e Lucena (2017) dizem:

O que dizer da massificação das camadas populares por meio do monopólio das telecomunicações construído pela Rede Globo, em associação com os militares e os setores civis conservadores? O seu papel protagonista foi denunciado com riqueza de detalhes pelo documentário Muito além do cidadão Kane, em que a imagem de Roberto Marinho, considerado o “marechal civil do golpe de 1964”, é associada ao personagem principal do filme de Orson Wells, Cidadão Kane. Mais do que uma concessão para tornar-se uma emissora de TV, a Rede Globo assumiu um papel de protagonista na implementação do projeto de modernização conservadora sob a égide dos militares. É inegável o papel assumido por essa emissora no atual golpe que, apesar da identidade de classe com os donos e acionistas das demais emissoras, possui canais privilegiados de informação junto aos setores de comando do golpe, como a Polícia Federal e o ministério público, sem falar na íntima relação com o encarregado de chefiar a “Operação Lava Jato”, o juiz federal Sérgio Moro. (LUCENA, PREVITALI e LUCENA, 2017, p. 23).

É inegável a participação da grande imprensa no processo de naturalização do ataque à democracia. À época, a Rede Globo transmitia em tempo real as manifestações, painelaços e cobria, seletivamente, todas as ações do judiciário contra os membros do Partido dos Trabalhadores. As revistas Época, Exame, IstoÉ, entre outras, também bombardeavam semanalmente Lula, Dilma e o PT. Aos poucos o inimigo tinha nome: Lula. Tinha cor: vermelha. Tinha sigla: PT. E tinha objetivo: tomar o poder das mãos de governantes da esquerda e implementar as políticas de direita. Toda estratégia e espetáculo midiático tornou-se bem-sucedida, visto que a alienação dos brasileiros podia ser observada por meio da polarização do país e a normalização do caos que foi estabelecido.

A alienação consiste na manipulação do modo de enxergar uma problemática. É o esforço contínuo de manter a conexão dos indivíduos com uma visão voltada exclusivamente para um objeto ou situação, impedindo-o de expor-se a informações imparciais para tomada de decisão autônoma. Para Bobbio:

A Alienação, portanto, faz referência a uma dimensão subjetiva e juntamente a uma dimensão objetiva histórico-social. Neste sentido se fala: de Alienação mental como estado psicológico conexo com a doença mental; de Alienação dos colonizados enquanto sofrem e interiorizam a cultura e os valores dos colonizadores; de Alienação dos trabalhadores enquanto são integrados, através de tarefas puramente executivas e despersonalizadas, na estrutura técnico hierárquica da empresa individual, sem ter nenhum poder nas decisões fundamentais; de

Alienação das massas enquanto objeto de hetero direção e de manipulação através do uso dos *mass media*, da publicidade, da organização mercificada do tempo livre; de Alienação da técnica como instrumentação dos aparelhos para que funcionem segundo uma lógica de eficácia e de produtividade independente do problema dos fins e do significado humano de seu uso. (BOBBIO, 2001, p. 20).

Nos últimos anos temos visto um número significativo de pessoas, com acesso à mídia por meio da internet, que passam a ser massa de manobra do Estado através de tal meio, usadas para gerar dúvidas e conflitos que não chegam a um denominador comum, como é possível verificar na análise feita por Lucena, Previtali e Lucena (2017):

Para essas elites, os que vivem do trabalho não passam (ontem e hoje) de massa de manobra, passível de convencimento pela propaganda ideológica e pela manipulação eleitoral do clientelismo, do fisiologismo e da cooptação. Vivem do trabalho os trabalhadores assalariados do campo e da cidade, os pequenos produtores rurais e industriais e a classe média, composta por pequenos comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos que, embora vivam do seu trabalho, se pensam como parte integrante da burguesia. (LUCENA, PREVITALI e LUCENA, 2017, p. 2).

A mídia sendo usada como agente repressor impossibilita uma ação legítima de levar informação à sociedade, servindo apenas como divulgadora de notícias e deixando de lado seu principal papel social, o de produção crítica e imparcialidade no tratamento dos fatos. Tal postura não foi vista na cobertura do chamado Golpe Constitucional de 2016.

Vários veículos da imprensa defenderam abertamente, sem qualquer tipo de constrangimento ou cerimônia, o golpe constitucional, para além de seus editoriais. Foi possível verificar esses direcionamentos em programas de rádio, noticiários, entrevistas radiofônicas, telejornais, programas de entretenimento, entrevistas planejadas, jornais impressos, atuações da mídia corporativa nas redes sociais, peças publicitárias e outros (NUNES FILHO, 2020, p. 40).

Quando se argumenta que os grandes veículos de comunicação, especialmente a Rede Globo, estavam legitimando o golpe, leva-se em consideração o tempo dedicado, exclusivamente, a cobrir as manifestações de rua, o vazamento dos áudios e qualquer outra notícia relacionada ao PT. A transmissão de informações com tratamento focado na derrubada do governo, divulgados por um canal a que a maioria da população tem acesso e no qual confia, pode ser e foi decisivo num processo político ou jurídico. Dependendo do enfoque dado, pode-se colocar a opinião pública contra ou a favor daqueles a que as informações sejam

favoráveis. Essa artimanha não é exclusiva desse momento político pois, de acordo com Bobbio, Curzio Malaparte já explicava em 1931 como proceder para ter sucesso num Golpe de Estado.

Curzio Malaparte já colocara em destaque em 1931, em seu livro *Técnica del copo di Stato*, que atacar as sedes do Parlamento ou dos ministérios nos dias de hoje é uma ingenuidade. Embora isso possa ser considerado um objetivo final, mais do que simbólico, o primeiro objetivo, para coroar de êxito o Golpe de Estado, é ocupar e controlar os centros de poder tecnológico do Estado, tais como as redes de telecomunicações, o rádio, a TV, as centrais elétricas, os entroncamentos ferroviários e rodoviários. Isso permitirá o controle dos órgãos do poder político. É esta característica indiscutível do Golpe de Estado que nos coloca diante da pergunta: quais podem ser possíveis protagonistas do fenômeno hoje em dia? (CARLOS BARBÉ *in* BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2001, p. 546).

Fica evidente, portanto, que usar os meios tecnológicos ou de comunicação como forma de manipulação do imaginário coletivo é o primeiro passo para dominar as fontes de informação e, conseqüentemente, tomar o poder. Outros elementos de comunicação ligados à internet foram amplamente usados para controlar a opinião pública. As redes sociais viraram o ponto de encontro de grupos que defendiam seus candidatos e partidos com a mesma paixão que se vê em partidas de campeonatos de futebol. As notícias falsas (*fake news*) replicadas nas redes sociais foi outra estratégia decisiva para consolidar o Golpe de 2016.

2.2 Golpe de 2016 no Brasil

De acordo com Bobbio (2001), a expressão “Golpe de Estado” muda através dos tempos, pois o fenômeno que chamamos de golpe na atualidade não é o mesmo visto em outras épocas. Para o autor, existem diferenças em relação à referência que se fazia à palavra golpe de três séculos atrás e como é usada hoje. Atualmente deve-se considerar desde a mudança substancial dos atores (quem o faz), até a própria forma do ato (como se faz). Para Bobbio, apenas um elemento se manteve invariável, que é o traço de união entre alianças políticas que possuem um interesse comum. O outro ponto similar é que o Golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado. Neste sentido, podemos identificar os requisitos de um golpe com indicadores como estes:

1) Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas

como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade.

2) As consequências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança da liderança política.

3) O Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio golpe.

4) Habitualmente, o Golpe de Estado é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado.

5) Uma das consequências mais típicas do fenômeno acontece nas formas de agregação da instância política, já que é característica normal a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos (CARLOS BARBÉ *in* BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2001, p. 546).

Dessa forma, Golpe de Estado é um ato levado a cabo pelos próprios integrantes dos partidos políticos que estão no poder ou pelos opositores que querem tomar, fortalecer ou reforçar o próprio poder. Essa decisão de buscar se sobressair e tomar ou manter-se no poder é geralmente construída por planejamento e conspirações que culminam num ataque surpresa. Isso para evitar reações por parte daqueles que deverão sofrer o Golpe. Segundo Carlos Barbé (2001):

No início dos anos 70, mais de metade dos países do mundo tinha Governos saídos de Golpes de Estado e o Golpe de Estado, por conseguinte, tornou-se mais habitual como método de sucessão governamental do que as eleições e a sucessão monárquica. Mas os atores do Golpe de Estado mudaram. Na maioria dos casos, quem toma o poder político através de Golpe de Estado são os titulares de um dos setores-chaves da burocracia estatal: os chefes militares. O golpe militar ou pronunciamento, segundo palavra cunhada pela tradição espanhola, tornou-se, assim, a forma mais frequente do Golpe de Estado (CARLOS BARBÉ *in* BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2001, p. 546).

Assim, não é observada nenhuma modificação profunda na estrutura da sociedade quando um golpe de Estado é praticado, a não ser no que tange ao detentor do poder e à forma (geralmente mais autoritária) de se exercer esse poder. Ambos os processos, conforme demonstrado, quebram as regras do ordenamento jurídico precedente, sendo ilegais (BOBBIO, 2001). Assim, o novo sistema de normas é criado para dar legalidade e legitimidade da nova forma de governar adotada, ou seja, implica instauração de um novo poder de fato, impondo suas próprias normas e regras, que passarão a ser a ordem de legalidade. E é por essas razões que, segundo o direito internacional, o governo criado por um golpe de estado tem de pedir um novo reconhecimento dos outros Estados.

Contudo, há uma questão ainda à espera de resposta. Na atualidade, como se faz um golpe de estado? Para Barbé (2001),

Dado que o primeiro objetivo da estratégia do Golpe de Estado é a conquista dos centros tecnológicos do aparelho estatal, para alcançar o intento é necessário, ou que aquelas forças sejam neutralizadas (o que implicaria num prévio desgaste delas através de uma luta de guerrilha ou de guerra revolucionária), ou que se consiga a participação de um setor-chave dessas forças no Golpe de Estado que se imponha aos restantes setores. A terceira possibilidade seria uma eventual neutralização das forças armadas por ocasião do evento e que na realidade implicaria apoio passivo ao Golpe de Estado (CARLOS BARBÉ *in* BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2001, p. 547).

Além disso, é necessário saber que:

Diferentemente da guerrilha e da guerra revolucionária, cuja primeira finalidade é desgastar até ao aniquilamento ou derrota as forças armadas ou policiais a serviço do Estado, o Golpe de Estado é executado não apenas através de funcionários do Estado, como vimos no parágrafo precedente, mas mobiliza até elementos que fazem parte do aparelho estatal. Essa característica diferencia o Golpe de Estado, igualmente, da sublevação entendida como insurreição não organizada, que tem escassas ou nenhuma probabilidade de triunfar na tentativa de derrubar a autoridade política do Estado moderno (CARLOS BARBÉ *in* BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2001, p. 547).

Diante do que foi exposto, pode-se compreender que a articulação política entre Aécio Neves, inconformado com a derrota nas eleições de 2014, Michel Temer (Vice-Presidente) e Eduardo Cunha (Presidente da Câmara à época) configuram as conspirações iniciais para a derrubada de Dilma, uma vez que esse conchavo traria benefícios para todos os envolvidos. Aécio se sentiria vingado e cumpriria a promessa feita pós-eleição de que não daria um dia de paz para o novo governo, pois agiria de forma a sabotar de perto todas as ações da Presidente. Michel Temer tornar-se-ia Presidente da República sem nenhum desgaste com campanha eleitoral e Eduardo Cunha, além de ser o próximo na linha sucessória para a presidência, sairia ainda mais fortalecido, ganhando mais poder frente a seus opositores e coligados.

Dessa forma, compreende-se que o processo de impedimento instaurado contra a Presidente Dilma Rousseff em 2016 procurou obedecer aos trâmites legais, mas com acusações que em qualquer outro momento não seriam consideradas crimes passíveis de *impeachment*. Isso, notadamente aliado às controvérsias que burlavam as regras éticas, tinha a finalidade de passar a

impressão de que o governo daquela época realmente era culpado e merecedor do afastamento.

2.3 *Impeachment* de Dilma Rousseff

O processo de *impeachment* foi marcado por grandes controvérsias, sessões fechadas para escolha da comissão de votação e trocas de acusações. Entretanto, em 17 de dezembro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu o rito do *impeachment* a ser seguido pela Câmara. Ficou estabelecido que as votações do processo de impedimento teriam que ser abertas, com seus integrantes indicados pelos líderes. Com o desenrolar do processo na Câmara, Dilma foi perdendo apoio de grandes partidos e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Vice-Presidente Michel Temer, rompeu oficialmente com o governo, no que foi seguido pelo PDT. Em 11 de abril de 2016, a comissão especial aprovou a abertura do processo contra Dilma, por 38 votos a 27. No dia 17, após seis horas de sessão e por votação nominal, numa demonstração histórica da escassa qualificação política e intelectual dos deputados e senadores, o Plenário da Câmara autorizou a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma por 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções.

A passagem da Presidência da República, administrada pelo PT, para o Vice Michel Temer, do PMDB, é marcada pelo *impeachment* de Dilma. Esse fato foi um golpe para a tomada do poder, haja vista os motivos elencados pela acusação para sustentar o impedimento (*impeachment*) nunca terem sido considerados fatores relevantes ao ponto de se transformar em processo e serem levados a julgamento. As chamadas pedaladas fiscais tornaram-se procedimentos corriqueiros, mas nesse caso específico serviu aos interesses da oposição enxergá-los como crime. Para Bonavides (2016), o golpe de Estado “é a técnica política predileta de tomada do poder que mais se emprega nos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento. A traição e o medo se aliam ao golpe de Estado”. E Bonavides (2016) ainda sustenta que:

é a prevalência do interesse egoístico de um grupo ou a satisfação de uma sede pessoal de poder, a revolução, o atendimento dos anseios coletivos, movendo-se de conformidade com novos princípios e ideias; a revolução é a legitimidade, o golpe é a usurpação e como todas as usurpações concomitantemente ilegal e ilegítimo. (BONAVIDES, 2016, p. 426).

Essa posição de Bonavides (2016) dialoga com a visão de Bobbio (2003) que faz a distinção entre revolução e golpe. Bobbio afirma que:

corresponde muito bem a oposição, tão frequente na linguagem comum e, ao mesmo tempo, tão incisiva, entre 'praça' e 'palácio', que permite somar à dimensão temporal também a espacial: a revolução se faz na praça, como a da Bastilha (e as revoltas, aliás: vimos um exemplo recente na Praça da Paz Celestial, em Pequim); o golpe de Estado, dentro do palácio (BOBBIO, 2003, p.1223).

É importante salientar que o discurso político em busca da legitimidade do golpe visa fazer parecer que este é um ato revolucionário que irá salvar a população das garras dos corruptos e criminosos que estão no poder. Entretanto, como bem definem Bobbio (2003) e Bonavides (2016), a revolução é marcada por atos e manifestações que geralmente acontecem fora do parlamento, nas praças e através do descontentamento da grande massa que se une para reivindicar direitos. Já o golpe de Estado é tramado dentro do parlamento, com articulações políticas que até podem parecer estar de acordo com a vontade do povo, mas que quase sempre servem apenas para satisfazer os interesses dos próprios parlamentares.

O Quadro 1 sintetiza o processo de *impeachment* de Dilma. A coluna 1 traz os fatos ocorridos no mandato da Presidente. As colunas 2 e 3 mostram como a acusação interpretou o fato e em que base legal a justiça e o congresso acataram a petição. Já as colunas 4 e 5 evidenciam como foi feita a defesa e a sentença resultante do processo político-jurídico.

Quadro 1 – Síntese do processo de Impeachment de Dilma Rousseff

1. Fato	2. Acusação	3. Base Legal	4. Defesa	5. Sentença
Decretos presidenciais assinados por Dilma Rousseff para abertura de créditos suplementares.	Os decretos, que ampliaram as despesas, trouxeram impacto na meta fiscal primária de 2015.	- Lei de Responsabilidade Fiscal. - Artigo 4 da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. - Lei do Impeachment, de 1950. - Artigo 167, inciso V, da Constituição Federal. - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000. Para a acusação, os decretos feriram o art. 10, item 4, e art.	Os decretos não autorizaram um aumento de gastos, pois apenas remanejaram dinheiro de despesas já previstas e autorizadas pelo Congresso.	Perda de mandato (<i>impeachment</i>)
Pedaladas Fiscais Governo atrasou entre janeiro e novembro de 2015 o pagamento para o Banco do Brasil de parcelas que totalizaram 3,5 bilhões de reais referentes aos subsídios do Plano Safra.	O atraso configurou uma operação de crédito, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O Tribunal de Contas da União considerou a prática irregular	O atraso fere o artigo 11, item 3, da Lei de 1950 que proíbe o Governo de “contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal”.	Os decretos não autorizaram um aumento de gastos, pois apenas remanejaram dinheiro de despesas já previstas e autorizadas pelo Congresso. Assim, não tiveram impacto na meta fiscal, que depois, pela crise econômica, foi revista e cumprida ao final do ano.	Perda de mandato (<i>impeachment</i>)

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nas informações do portal Agência Senado.

O Quadro 1 mostra ser fato que Dilma assinou entre julho e agosto de 2015 decretos de abertura de créditos suplementares, os quais destinavam recursos para projetos na área da educação, previdência, trabalho e cultura e para diversos órgãos do Executivo e do Judiciário. Segundo a acusação, os decretos ampliaram as despesas e, com isso, trouxeram um impacto na meta fiscal primária de 2015, o que contraria o artigo 4 da Lei Orçamentária Anual (LOA). Ressaltaram, ainda, que para assinar os tais decretos Dilma deveria pedir autorização ao Congresso, como diz o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal. Os acusadores ainda enfatizaram que o Planalto já sabia que a meta fiscal não seria cumprida e já havia

pedido uma correção no valor. Dilma, como gestora do país, tinha conhecimento desses decretos e os autorizou, por isso é responsável por eles.

A defesa de Dilma, por sua vez, afirmou que tais decretos não autorizaram um aumento de gastos, apenas remanejaram dinheiro de despesas já previstas e autorizadas pelo Congresso. E que, portanto, não tiveram impacto na meta fiscal, pois esta foi revista e cumprida ao final do ano. Outra alegação da defesa é que quando os decretos foram assinados, o TCU não havia questionado a prática ainda, tanto que ela vinha sendo feita havia anos e por vários governos. Mesmo assim, a acusação sustentou que pedaladas fiscais são prática condenável, que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e, portanto, nunca deveriam ter sido realizadas pela Presidente da República. Assim, acusada de maquiar as contas públicas e de colocar a situação financeira do Brasil em risco, Dilma perdeu o mandato após dois anos da sua reeleição em 2014.

Segundo Valter Pomar (2016), não houve crime de responsabilidade, o único e justificado motivo para um impeachment, mas sim um golpe parlamentar.

Não existe base legal para o *impeachment*. A presidenta Dilma Rousseff não cometeu nenhum crime, muito menos crime de responsabilidade. Aliás, os “crimes” de que acusam a presidenta foram atos cometidos também pelo vice-Presidente da República. Sem crime de responsabilidade, *impeachment* é golpe parlamentar e deveria ter sido barrado pela Justiça. Mas como a maioria do Supremo Tribunal Federal comporta-se como cúmplice do golpe, vem prevalecendo a máxima segundo a qual aos inimigos nem mesmo a lei é garantida. (POMAR, 2016, s/p).

A posição de Pomar (2016) pôde ser vista materializada no comportamento dos parlamentares na sessão de votação. Nas justificativas apresentadas durante o voto aberto, os reais motivos das acusações foram completamente esquecidos pelos deputados. Eufóricos e em clima de Copa do Mundo, usaram seu direito de fala como se estivessem em um comício. Exaltaram a família, Deus e todo tipo de símbolo que acabaram por demonstrar demagogia, menos os crimes cometidos pela Presidente.

A defesa da família, da propriedade, de Deus e da ordem em mãos dos militares mostraram a verdadeira foto do Congresso mais conservador desde 1985 sugerindo, de passagem, que ninguém leu o relatório com os fundamentos jurídicos que justificariam o crime de responsabilidade para a queda de Dilma – ou, pelo menos, ninguém se esforçou em demonstrá-lo. Raro foi ouvir uma dedicatória à qualidade da educação, à saúde, aos desempregados ou às minorias em favor do “sim”. Alguns, como Atila Lins

(PSD/AM), tinham anseios mais abstratos e votaram a favor para se “reencontrar com a história” e outros, como Lucas Vergílio (SD/GO) razões bem mais pessoais ao defender o *impeachment*: “Voto sim pela minha filha que vai nascer, pela minha sobrinha Helena e por todos os corretores de seguros do Brasil”. Pela sua parte, Jair Bolsonaro (PSC-RJ), sempre nos limites, dedicou seu voto a favor ao Coronel Ustra, dirigente do Doi-Codi em São Paulo e reconhecido como agente da tortura pela Justiça. Os votos, pelo visto, também tiveram a intenção de impedir causas maiores. Deputados manifestaram sua defesa do *impeachment* para evitar que “as crianças aprendam sexo nas escolas”, para “acabar com a Central Única dos Trabalhadores e seus marginais”, pelo fim da vagabundização remunerada” e, sobretudo, pelo fim da roubalheira e a corrupção. (MARTINI, 2016, s/p).

A sessão de votação do *impeachment* foi transmitida em rede nacional e deteve a atenção massiva da população que, já polarizada em direita e esquerda desde a eleição de 2014, assistia cada um torcendo para o desfecho que defendiam. No plenário, cada deputado dava um *show à parte*. E nos discursos de defesa do voto ficou nítido que não havia indignação pelos supostos crimes de Dilma, até porque em nenhum momento estes serviram de argumento para dar sim ou não à abertura do processo de impedimento e permanência dela na Presidência. Aquele momento histórico ficou marcado pela consolidação de um golpe parlamentar que usou o palco da câmara para comemorar, voto a voto, as alianças políticas que culminaram no bem-sucedido golpe.

A derrota de Dilma no processo de *impeachment* torna-se um importante marco histórico para a transição de um projeto de governo centrado em políticas públicas de inclusão social, investimentos em educação e reconhecido internacionalmente por elevar os índices econômicos concomitantemente com a diminuição das desigualdades, para as mãos de um líder de direita, Michel Temer, apoiado por pessoas ligadas à elite econômica brasileira e internacional cujo objetivo era impor um projeto de governo que beneficiasse o empresariado e o liberalismo econômico. Segundo Nunes Filho (2019):

Para o primeiro momento, relativo ao processo de configuração do *impeachment* efetivado com a colisão de forças políticas distintas, os protagonistas foram os seguintes: Manifestações de Junho, protagonista de cunho coletivo com marcas indiciais que contextualizam e culminam no golpe em si, além dos protagonistas do campo político—no caso, o ex-senador Aécio Neves e o ex-deputado Eduardo Cunha, representando as duas Casas legislativas que compõem o Congresso Nacional. Contudo, o bloco como um todo trata do protagonismo de Dilma Rousseff enquanto permaneceu “emparedada” pelos poderes constituídos e pela imprensa. (NUNES FILHO, 2019, p.16).

Conforme Nunes Filho afirma, o golpe de 2016 começa a se desenhar com a vitória de Dilma em 2014, como fruto da derrota eleitoral que Aécio Neves não aceitou. A Presidente foi “emparedada” pelos partidos da oposição articulados por Aécio e Eduardo Cunha. Para Boaventura (2016), o *impeachment* é claramente um ato que configura golpe parlamentar, sobretudo porque não se demonstrou a suposta responsabilidade em crimes que o justificassem. No processo de defesa de Dilma, em discurso, o Advogado Geral da União define o que é um golpe:

[...] O que é um golpe? É a ruptura da institucionalidade, golpe é o rompimento de uma Constituição, golpe é a negação do Estado de Direito. Não importa se ele é feito por armas, com canhões ou baionetas caladas, se ele é feito com o simples rasgar de uma Constituição, sem base fática – ele é golpe. (CARDOZO, 2016, s/p).

Em outros excertos da defesa, Cardozo (2016) ainda aponta que os “crimes” dos quais a Presidente estava sendo acusada, as pedaladas fiscais, sempre foram aceitos pelo Tribunal de Contas da União. O *impeachment* da Presidente Dilma é considerado um dos fatos mais bizarros do cenário político atual, pois ter sido arrancada da presidência por acusações de manobras contábeis é um episódio vergonhoso, tendo em vista não ter sido provado nenhum tipo de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo que exercia em benefício próprio.

Não teria se realizado tamanho ataque midiático baseado nesse racismo contra si mesmo, na noção de corrupção como dado cultural brasileiro, como fundamento de todos os golpes de Estado, e jamais teria se realizado um embuste de proporções gigantescas como a operação Lava Jato, sem esse pressuposto conferido pelas ideias dominantes contra as quais não temos defesa consciente. Afinal, é preciso convencer todo um povo que ele é inferior não só intelectualmente, mas, tão ou mais importante, também inferior moralmente. Que é melhor entregar nossas riquezas a quem sabe melhor utilizá-las, já que outros são honestos de berço, enquanto nós seríamos corruptos de berço. (SOUZA, 2017, p. 18).

As manifestações populares pedindo o *impeachment* da Presidente Dilma tinham como bandeira a defesa de um Brasil livre da corrupção, quando na verdade defendiam seus próprios interesses para não perder privilégios que estavam acostumados a usufruir há décadas. Dividir espaços com o proletariado feria o ego da burguesia, que alimentou uma reação de ódio contra os governos petistas responsáveis pela mudança ocorrida no sistema de “castas” brasileiras, como bem explicitado por Steven e Ziblat (2018):

É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. [...] Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. (STEVEN e ZIBLAT, 2018, p. 17).

Por trás do grupo de “patriotas” estavam os movimentos financiados por empresários e partidos políticos apoiadores do tucano Aécio Neves, que não escondem seu apreço pela intervenção militar, como é o caso do empresário Marcelo Reis, organizador do movimento Revoltados Online. (GALLEGO, 2018).

Segundo Teles (2016), o golpe de 2016 deve ser visto para além de uma narrativa contestatória do espúrio processo de *impeachment*, pois o ocorrido se assemelha ao golpe de 1964. Ou seja, a tentativa de tomada do poder buscou forjar a legalidade do ato por meios não éticos e amorais. Todo esse maquiavélico plano foi orquestrado com apoio maciço da mídia e apoiadores da direita.

Também é interessante destacar que o protagonismo da imprensa transpassa e envolve os demais protagonismos mencionados como objeto de discussão deste ensaio, envolvendo o processo de *impeachment*, a Lava Jato e as diferentes manifestações ocorridas no Brasil entre 2013 e 2016. Desse modo, cabe esclarecer que a atuação da imprensa e o exercício do jornalismo foram criticados com base em coberturas específicas e editoriais, tomados como exemplos quanto à manipulação da notícia, pré-julgamentos ou distorções “espetaculares” dos acontecimentos (TELES, 2016, s/p).

A ferramenta utilizada para proliferação das notícias inverídicas a respeito de Dilma no processo que a retirou da presidência foi não somente a grande mídia, mas também os algoritmos e robôs financiados pelas organizações de direita para implantar e proliferar *fake news*. Uma guerra cibernética na qual os lados opostos (direita e esquerda) começaram a medir forças pelas redes sociais. Confrontos de informações são levados ao alcance social a fim de moldar a opinião pública. Esse tipo de publicação tem como objetivo tornar verdadeiro um ponto de vista ou até mesmo um fato não verídico sobre política, pessoas públicas e instituições.

Entre os anos de 2014 e 2018, a atuação das mídias teve grande influência no convencimento público no que se refere à atuação do Governo Lula, à reeleição de Dilma e até ao processo de *impeachment*. O foco da grande imprensa em dar cobertura massiva aos boatos e indícios de corrupção nos governos do PT, aliado

à divulgação de *fake news* pelas redes sociais, favoreceram o golpe dado pela direita. De acordo com Lucena, Previtali e Lucena (2017):

Os golpes de estado no Brasil sempre estiveram associados a um quadro de crise econômica e que, conseqüentemente, se articulam a uma crise social e política. As elites econômicas brasileiras, associadas ao grande capital internacional, não toleram crises e a conseqüente redução da lucratividade para as frações da burguesia vinculadas à produção, sendo o capital financeiro nutrido pelas crises para ampliar sua acumulação. Mais grave ainda, quando a crise se consorcia com avanços democráticos, por mais tímidas que sejam as conquistas, ampliando-se os movimentos sociais, um golpe de Estado é arquitetado. É preciso registrar que, desde as últimas eleições presidenciais de 2014, estamos em pleno golpe de Estado, no qual se consorciam a burguesia (que possui CIC e RG), a grande mídia (que também é monopólio do capital) e à qual cabe o papel de forjadora ideológica, o judiciário e que nunca passou, no Estado Burguês, de um poder conservador e que se ancora numa legislação que é suficientemente ambígua para toda e qualquer ação – acusatória ou absolviatória – e que se completa com uma política francamente reacionária e sabidamente uma grande banca de negócios. (LUCENA, PREVITALI e LUCENA, 2017, p. 3).

Assim, a grande mídia se empenhou em dar notícias seletivas e inverídicas via telejornais. Os partidários infestaram as redes sociais com *fake news*, memes e comentários sem fundamentos lógicos, mas carregados de ódio gratuito. E foi nesse contexto caótico que o legado do PT na presidência da república terminou.

2.4 Eleições 2018 e as *fake news*

Nas eleições de 2018, treze candidatos disputaram a Presidência da República do Brasil. Essa foi a segunda eleição mais concorrida desde 1989, quando foram 22 candidatos.

Figura 1 – Os candidatos à Presidência da República – Eleições 2018 – TSE/Divulgação



Fonte: <https://veja.abril.com.br/politica/quem-sao-os-13-candidatos-a-presidencia-da-republica-em-2018/>.

O pleito de 2018 foi marcado por mudanças advindas da Lei 13.487/2017 que aprovou a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Essa lei altera as Leis n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, e n. 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. As legendas fizeram uso de doações de pessoas físicas e financiamento coletivo em plataformas digitais. Segundo o Portal do TSE (2020), os recursos do Fundo Eleitoral foram distribuídos da seguinte forma: 2% divididos de forma igualitária entre os partidos e o restante repartido conforme a proporção de representação parlamentar. Outras novidades significativas foram a redução do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV para 35 dias.

Quadro 2 – Candidatos à presidência – Eleições 2018

CANDIDATOS	LEGENDA PARTIDÁRIA
Álvaro Dias	PODEMOS – 19
Ciro Gomes	PDT – 12
Cabo Daciolo	Patriota – 51
Fernando Haddad	PT – 13
Geraldo Alckmin	PSDB – 45
Guilherme Boulos	PSOL – 50
Henrique Meirelles	MDB – 15
Jair Bolsonaro	PSL – 17
João Amoêdo	Novo – 30
José Maria Eymael	Democracia Cristã – 27
João Goulart Filho	PPL – 54
Marina Silva	Rede – 18
Vera Lucia	PSTU – 16

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nas informações do TSE.

O Quadro 2 mostra os candidatos e partidos participantes da eleição que ficará registrada historicamente como uma das mais concorridas e polarizadas do Brasil. O cenário político – já desacreditado pelas notícias de corrupção, *impeachment* e crise econômica – ganhou a expectativa de mudanças com a chegada da disputa eleitoral para o cargo mais importante a nação. Dos candidatos, destacaram-se: Jair Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT). O capitão reformado do Exército Jair Bolsonaro obteve 57,7 milhões de votos, ou 55,54% dos votos válidos, e foi eleito o 38.º Presidente da República.

Tais palavras resumem bem as eleições de 2018, entretanto é preciso considerar que essa foi a continuação do circo midiático iniciado em 2014, consolidado em 2016 com o golpe e que agora vinha para coroar uma era sombria para todos. Isso pôde ser visto durante toda a corrida eleitoral, que mais pareceu um filme com ocorrências típicas de ficção. Da cassação da candidatura do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passando pela condenação duvidosa dele pelo

Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, até o esfaqueamento de Jair Bolsonaro, a campanha foi recheada por atitudes jamais vistas até então.

Um marco importante no pleito em questão foi a mudança na forma de acesso às informações da campanha exclusivamente pelos veículos tradicionais de comunicação, e o uso das plataformas digitais de redes sociais tanto por eleitores quanto para os candidatos, que fizeram desse espaço o seu palanque particular. Assim, Facebook, Twitter e WhatsApp, entre outras redes sociais, ganharam destaque não visto anteriormente numa disputa eleitoral. As propagandas em larga escala pela internet e redes sociais e as *fake news* tiveram papel relevante na chegada de Bolsonaro ao poder. O candidato, com postura extremamente conservadora, tradicionalista e preconceituosa, usou das notícias falsas para desonrar a imagem de seus opositores com o intuito de alcançar a presidência. Segundo Pitasse (2020):

Não é de hoje que as informações falsas circulam. Desde que a humanidade é humanidade existe esse tipo de prática, ou desde que a imprensa é imprensa – se estivermos falando no sentido estrito de notícias jornalísticas falsas. No entanto, as *fake news* passam a ser consideradas um fenômeno dos nossos tempos por serem definidas como notícias falsas, pensadas intencionalmente para causar desinformação e divulgadas de modo massivo na internet. (PITASSE, 2020, s/p).

O principal alvo de Bolsonaro foi o PT, primeiramente representado por Lula e, naquela campanha, por Haddad. Bolsonaro se colocou como o salvador da pátria, único candidato capaz de acabar com a corrupção, armar a sociedade (por meio da legalização da posse de arma) e alavancar a economia. Usou Lula e o PT como bodes expiatórios para esconder seu despreparo e as falhas em seu projeto de governo. Segundo Lopes Filho (1995), em vários momentos da história, bodes expiatórios serviram para desviar a atenção da sociedade, que acabava tendo tais figuras como únicos culpados pelas mazelas sofridas. Essa retórica de acusações e inverdades são sustentadas por mais e mais boatos necessários para manter a coerência inicial. Para Poggi (2012):

O espetáculo político-social tornava-se ainda mais extenso e grandioso devido ao papel desempenhado pela propaganda e pelos meios de comunicação de massa. Por eles era difundido um discurso fortemente apelativo, explorando medos e preconceitos populares e criando bodes expiatórios na figura do judeu estrangeiro e mesquinho, do cigano sujo e desonesto, do comunista ameaçador da ordem e da propriedade, do político corrupto, do banqueiro usurpador etc. (POGGI, 2012, p. 33).

Em todos os aspectos citados, a propaganda política e a popularidade do candidato serviam para dar a impressão de onipotência e onipresença da figura pública, a qual se dispunha a combater com total força todas as impunidades sociais existentes, tinha também papel fundamental para que a sociedade tomasse sua postura patriota. A figura de bode expiatório personifica o mal para dar à sociedade uma resposta esperada em um curto espaço de tempo.

Os conflitos são exacerbados, para evidenciar as teses governamentais, como no caso da Petrobrás, e quem paga o pato [sic] é a população pobre e desassistida, à mercê das manobras da cúpula, jogo viciado para obtenção de vitórias táticas, desvinculados do interesse geral (LOPES FILHO, 1995, s/p).

Dessa forma, a estratégia dá tão certo, que Lula é usado como alvo e é proibido pela justiça de concorrer às eleições mesmo sendo líder absoluto nas pesquisas de intenção de voto. Proibir Lula de disputar a Presidência em 2018 é a derrota da “arma” capaz de fazer sucumbir a escalada do neofascismo no Brasil. De acordo com Leite (2018):

Sabemos que a estratégia de avestruz é danosa para a democracia. Alimenta o jogo sujo de quem trabalha para consolidar o golpe, utilizando a brutalidade da judiciário para excluir Lula de qualquer maneira, da mesma forma que os generais e civis do golpe de 64 eliminaram Juscelino com pretextos familiares de corrupção, jamais provados. (LEITE, 2018, s/p).

Dessa forma, esse conflito gerou polarização política, social e familiar sem precedentes no Brasil. As redes sociais se tornaram palco de manifestações que depois ganharam as ruas. Diante da polêmica, artistas, intelectuais e toda a sociedade foram chamados a se posicionar. Essa polarização política e social perdura até hoje. Para Nunes Filho (2019):

é importante enfatizar que a dimensão da ética na imprensa perpassa qualquer modalidade jornalística, em se tratando do compromisso de retratar quaisquer que sejam os aspectos de determinada realidade. A responsabilidade social, o desempenho quanto ao exercício profissional, o processo de produção da informação jornalística, o manejo dos conteúdos, a responsabilidade com as fontes, a inexistência de censura e a liberdade de informação são deveres e direitos inerentes aos conglomerados de comunicação, veículos midiáticos, imprensa e aos próprios jornalistas. Todas essas entranhadas questões que definem a ética, os direitos, os deveres e a essência do jornalismo fundamentam a natureza da nossa imprensa no processo de construção da democracia (NUNES FILHO, 2019, p. 155).

Com uma capacidade incomum de difamar, as *fake news* se espalham rapidamente. As vítimas preferidas desse tipo de notícia é o cidadão com menor grau de escolaridade, que depende de redes sociais para obter informações, líderes religiosos por serem considerados como grandes influenciadores e, por fim, movimentos políticos que rapidamente as espalham como sendo um fato verídico. Esse tipo de ação já foi vivido no passado por Getúlio Vargas, como nos mostram Lucena, Previtali e Lucena (2017):

As forças conservadoras não deram trégua ao Presidente, com o uso intensivo dos meios de comunicação de massa da época (a imprensa escrita, capitaneada pelo Jornal o Globo, e a rádio). A culminância da crise política decorreu do Caso Toneleros, com o jornal "O Globo" intensificando as críticas e levando as elites conservadoras a uma forte reação contra Vargas. (LUCENA, PREVITALI e LUCENA, 2017, p. 15).

Apesar de não existir uma data marco para o surgimento das *fake news*, o termo ganhou força mundialmente em 2015, com a corrida presidencial dos Estados Unidos, quando apoiadores de Donald Trump espalharam notícias falsas sobre sua opositora Hillary Clinton.

As notícias falsas, proliferadas pela mídia foram as principais promotoras do neofascismo pelo mundo, formam um verdadeiro mercado sombrio das notícias. Esse universo é mantido por pessoas de grande influência, geralmente políticos em campanha eleitoral, que montam grupos especializados em conteúdos considerados bombásticos cuja origem e veracidade é difícil de comprovar.

CAPÍTULO III – BOLSONARISMO: A MANIFESTAÇÃO DO NEOFASCISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Este capítulo traz uma leitura da era bolsonarista na política brasileira a partir dos discursos e ações de Jair Messias Bolsonaro manifestos desde o início da sua vida pública como Deputado Federal, perpassando por sua candidatura em 2018 até sua atuação na Presidência da República de 2019 a 2021. A ideia é analisar falas, atos, projetos e indicadores socioeconômicos que circundam a gestão do Presidente com o intuito de averiguar se confirmam ou não as acusações de que seu governo é fascista, nazista ou neofascista, uma vez que uma das principais propostas desta pesquisa é esclarecer por que esses conceitos são atribuídos a Bolsonaro e compreender se estamos ou não vivenciando uma era neofascista no Brasil. Para tanto, buscamos mostrar uma breve biografia de Jair Bolsonaro e percorrer a trajetória política dele até sua chegada ao maior cargo de liderança desse país. Em seguida, analisaremos os pontos positivos e negativos do bolsonarismo com vistas a verificar a atuação da representação da direita no poder.

Mas, afinal, por que se designa o mandato do atual Presidente como bolsonarismo? Segundo o Dicionário Houaiss, o sufixo “ismo” é usado “para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, religiosos, termos médicos, entre outras ocorrências. No contexto político, o “ismo” também serve para definir de forma pejorativa a atuação de políticos, quando surgem termos derivados de nomes como Getúlio Vargas (getulismo ou varguismo) e Lula (lulismo), por exemplo.

De acordo com Christian Velloso Kuhn:

Com a ascensão de Bolsonaro ao poder, emergiu com ele a descrição de um movimento cunhado de “bolsonarismo”. Esse termo vem sendo constantemente utilizado, principalmente por aqueles que se opõem a esse movimento. Curiosamente, essa tática de personificar um opositor não foi empregada, por exemplo, nos anos 1995-2002, para descrever as ações do governo de privatizações e abertura comercial e financeira desenfreadas, resultando em forte desnacionalização e desindustrialização. Fernando Henrique Cardoso e seu governo não receberam uma definição que lhes denominassem como “cardosismo”, por exemplo (KUHNS, 2020, s/p).

Sendo assim, o termo bolsonarismo provavelmente surge para retratar a forma peculiar de fazer política de Jair Messias Bolsonaro. É inegável que ele conseguiu a proeza de ser eleito Presidente da República mesmo sem participar

de debates, sem apresentar projeto de governo consistente e ainda é idolatrado e chamado de mito por uma significativa parte da população brasileira. A esse respeito, o editorial do Agora RN, publicado em 25 de maio de 2020, define que o:

Maoísmo, stalinismo, getulismo, lulismo, morismo, bolsonarismo. como nas pandemias, a diferença está no grau de letalidade. Em comum, o populismo e a violência. Mao Tsé-Tung e Joseph Stálin, lá atrás, mandaram matar milhões de pessoas e desencadearam suas próprias revoluções culturais baseadas no culto à personalidade, ou seja, a adoração deles mesmos. Getúlio, adorado pelos trabalhadores ao instituir a carteira assinada, apenas perseguiu opositores e entregou à própria sorte a mulher de um deles aos nazistas, até onde se sabe. O lulismo ou lulopetismo, a partir de um amplo projeto de coalizão no Congresso, saqueou sistemicamente os cofres de empresas públicas. O morismo, em nome do combate à corrupção, demonizou a atividade política, aguçou o ativismo judicial, deixando o caminho aberto para o resumo moderno de toda essa ópera no Brasil chamada bolsonarismo (AGORA RN, 2020, s/p).

Como bem lembra Ventura (2020) *apud* Pollo (2020), Bolsonaro se sente como os reis taumaturgos da Idade Média, aos quais se atribuía a capacidade de, tocando seus súditos, torná-los inatingíveis por qualquer mal, fosse qual fosse a procedência, uma espécie de divindade ou representante de Deus na Terra. Isso em parte explica sua insistência em cativar seu público. Por outro lado, assim como os líderes nazistas e fascistas, Bolsonaro sente-se assim porque tem o apoio de boa parte da sociedade. Impressiona muito ver as promessas vazias e os projetos com pouca ou quase nenhuma chance de se concretizar serem usados como argumentos de salvação da nação. E – Ainda pior que a falta de lógica argumentativa – perceber que a população não somente deu crédito às insanidades como deu a ele seu voto.

3.1 Trajetória política de Jair Messias Bolsonaro

Segundo a biografia disponível no site da Câmara dos Deputados, Jair Messias Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955, sendo natural de Campinas, São Paulo. Possui nível superior e sua atuação profissional, anterior a vida na política, é de militar. Como Deputado Federal, atuou por sete mandatos consecutivos, entre 1991 e 2019. Em 2018 lançou sua candidatura à Presidência da República pelo PSL. Durante a Campanha à Presidência, a vida pública do candidato foi colocada em foco e sua atuação como parlamentar foi questionada em detalhes. Afinal o até então Deputado Federal já somava 27 anos como representante do povo na Câmara Legislativa, sem contudo qualquer contribuição significativa para a sociedade.

Quadro 3 – Trajetória política de Jair Messias Bolsonaro

CARGO	PARTIDO	PERÍODO
Deputado Federal	PDC- RJ	1991-1995
Deputado Federal	PPR-RJ	1995-1999
Deputado Federal	PPB-RJ	1999-2003
Deputado Federal	PPB-RJ	2003-2007
Deputado Federal	PP- RJ	2007-2011
Deputado Federal	PP- RJ	2011-2015
Deputado Federal	PP- RJ	2015-2019
Presidente da República	PSL	2019 -2022

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nas informações do portal Câmara dos Deputados.

Conforme o Quadro 3, Bolsonaro ingressou na política em 1991, eleito Deputado Federal do Rio de Janeiro pelo PDC. No pleito seguinte, foi reeleito pelo PPR. Concorreu ao mesmo cargo pelos partidos PPB e elegeu-se novamente (1999-2003). Bolsonaro esteve filiado ao PP de 2007 a 2018, quando ingressou no PSL, partido que o levou à Presidência da República.

Diante dessa retrospectiva, pensamos ser interessante compartilhar um breve histórico dos partidos pelos quais Jair Messias Bolsonaro se filiou e foi eleito para representar o povo. Conhecer a história e o viés ideológico de cada partido pode ajudar a entender os caminhos que o atual Presidente percorreu até chegar a

Chefe de Estado. Desta forma, começaremos pelo primeiro partido a eleger Bolsonaro.

O PDC (Partido Democrata Cristão) tem origem na Itália em 1942, tendo sido fundado por Alcide de Gasperi, que incorporou a filosofia da Democracia Cristã naquela época. Tal partido foi considerado uma das principais forças de resistência ao nazismo na Europa. Gasperi ajudou a formular uma nova doutrina política, com o objetivo central de construir uma sociedade livre, justa e solidária, chamada de Democracia Cristã. Os responsáveis por trazer essa ideia para o Brasil foram o Professor de Direito da USP, Cesarino Júnior, e Queiroz Filho, fundando o PDC brasileiro em 9 de julho de 1945 em São Paulo. Dentre os políticos de renome que passaram pelo PDC estão: Jânio Quadros, Franco Montoro, José Richa e Nelson Marchezan. Bolsonaro esteve filiado ao PDC entre os anos de 1991 e 1995. A filosofia cristã ainda é defendida por Bolsonaro na atualidade, o que pode ser verificado no slogan: “Brasil acima de todos, Deus acima de tudo.”

De 1995 a 2019 Bolsonaro esteve filiado ao PP (Partido Progressista) e a várias outras siglas que resultaram das manobras políticas e alianças partidárias. A fundação do PP tem sua origem ligada ao processo de redemocratização do Brasil, tendo como marco inicial o *impeachment* do ex-Presidente Collor de Mello a eleição do candidato à presidência Tancredo Neves e o vice José Sarney, em 1985. Entretanto, o PP fez várias alianças e mudou a sigla conforme as exigências dessas novas parceiras. Segundo o Portal do PP (2021), o partido foi fundado em 31 de janeiro de 1993, como consequência da fusão do Partido Social Trabalhista (PST) com o Partido Trabalhista Renovador (PTR), cujos principais líderes eram Álvaro Dias e Joaquim Roriz. Em setembro de 1995, fundiu-se com o Partido Progressista Reformador (PPR), liderado por Paulo Maluf, e o Partido Republicano Progressista (PRP) para dar origem ao Partido Progressista Brasileiro (PPB). Findo o governo de Fernando Henrique Cardoso, a Convenção Nacional do PPB, buscando inspiração nas transformações políticas internacionais, decide, em 4 de abril de 2003, retirar da sigla PPB o “B”, ficando apenas “PP” – Partido Progressista. Entre políticos que já foram filiados ao PP estão: Fernando Henrique Cardoso, Paulo Maluf, Epitácio Cafeteira e Esperidião Amin.

O Partido Social Liberal (PSL) foi fundado em 30 de outubro de 1994. Seu projeto original de criação defendia menor participação do Estado na economia e

direcionamento total dos recursos arrecadados pelo Estado para a saúde, a educação e a segurança. Na sua trajetória política, a legenda teve Luciano Bivar como candidato de maior representatividade, até apoiar Jair Bolsonaro para a presidência. Foi em 2018 que o PSL filia Jair Bolsonaro e o elege Presidente da República.

De 1991 até 2020, Jair Bolsonaro apresentou cerca de 170 projetos de lei. Entretanto, até março de 2021, apenas dois foram aprovados. Ele defende pautas ligadas aos militares e à segurança pública, mas teve seus dois únicos projetos aprovados fora desse segmento. Viraram lei uma proposta que estende o benefício de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos de informática e outro que autoriza o uso da chamada a fosfoetanolamina sintética, a “pílula do câncer”. Dentre as propostas já apresentadas, mas aprovadas, estão a autorização para aplaudir a bandeira do Brasil após a execução do hino nacional nas escolas e sustar o uso de nome social para travestis e transexuais nos Boletins de Ocorrência e nas instituições de ensino, entre outros.

Em 2020 Bolsonaro rompeu com o PSL. A crise política entre o Presidente Bolsonaro e líderes do PSL evidenciou uma disputa que afetava a articulação do novo governo federal com os interesses do partido e demais membros do Congresso Nacional. Então Bolsonaro se desfilou do partido, passando a ter sempre seu nome vinculado nos noticiários como Presidente sem partido.

3.2 Governo Bolsonaro: de 2019 a março de 2021

Segundo Salomão (2021), a administração do governo Bolsonaro está caracterizada pelo excesso de polêmicas, relacionamento tenso com os demais poderes, troca intensiva de ministros e ausência incontestável de resultados. O Brasil parece estar mergulhado no caos total. Essa situação já estava ruim durante o primeiro ano governo Bolsonaro, em 2019, quando não conseguiu emplacar nenhuma medida significativa nas áreas prioritárias para o povo brasileiro, como saúde, educação, economia e segurança pública. O primeiro ano foi marcado por polêmicas com o corte de gastos e investimentos na educação, além de duras críticas a alunos e professores e a universidade, com seu Ministro da Educação, Abraham Weintraub, bloqueando 30% das verbas orçamentárias usadas para

custear gastos como água, luz, limpeza e bolsas de auxílio a estudantes. À época, Weintraub justificou tal corte alegando baixo rendimento das universidades e uso delas como local de balbúrdia.

O Governo Bolsonaro seguiu se envolvendo em polêmicas nacionais e internacionais. Todo pronunciamento, entrevista ou fala do Presidente foi marcada por polêmicas, ofensas a jornalistas, argumentos sem fundamentos, palavras de baixo calão etc. Nunca na história do Brasil houve um Presidente com uma postura tão atípica. É importante ressaltar que o comportamento pouco polido de Bolsonaro foi peça chave no processo de desmoralização do país e culminou no descrédito no governo, o que refletiu na quebra de alianças importantes para consolidar os planos do governo.

Os quadros a seguir fazem uma síntese dos principais fatos, projetos e/ou ações positivas e negativas desenvolvidas na gestão de Bolsonaro, com vistas a fazer um apanhado geral dos eventos que marcaram o Governo Bolsonaro e mostrar as consequências para as áreas da saúde, educação, economia, segurança pública e relações internacionais. A construção dos quadros tem a finalidade de traçar uma comparação entre os pontos positivos e negativos da era bolsonarista. Nesse sentido, buscamos elencar ações e suas consequências para a sociedade.

Quadro 4 – Atuação negativa de Bolsonaro nas principais pastas – 2019 a março 2021

EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Congelamento de gastos • Corte de bolsas de pesquisas • Ataque a liberdade de ensinar e aprender • Desvalorização do trabalho dos professores
ECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma da Previdência • Privatização • Aumento do desemprego • Desmatamento e queimadas na Amazônia causam prejuízos ambientais e econômicos
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • Rompimento com médicos cubanos • Troca de Ministros da Saúde • Restrição ao acesso a dados sobre a pandemia de Covid-19, pela imprensa Negacionismo da Ciência e descrédito aos protocolos internacionais da OMS • Sabotagem as campanhas de combate ao coronavírus • Pandemia soma mais de 400 mil mortes (dados até abril 2021)
SEGURANÇA PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao armamento da população. • Políticas para amenizar a responsabilização da polícia por crimes cometidos em serviço. • Interferência na Polícia Federal • Apoio a ataques ao STF
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a Trump • Mal-estar político com Venezuela, Argentina França, China • Crítica à esposa de Macron (Presidente da França) • Arábia Saudita bloqueou a importação de carne de frango e de gado do Brasil • Conflito com Israel

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Quadro 5 – Atuação positiva de Bolsonaro nas principais pastas – 2019 a março 2021

EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Future-se (Ampliando os investimentos em educação) • O MEC anunciou a criação de 500 novas escolas de educação integral • 214 ônibus escolares que vão atender 13 mil estudantes de 133 municípios goianos • O Ministério da Educação liberou R\$ 115 milhões para ampliar o “Programa Educação Conectada • Projeto escolas cívico-militar
ECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> • Lei da liberdade econômica • Digitalização de serviços • No acumulado em 12 meses, o IPCA recuou para 2,54%, ficando ainda mais abaixo da meta de 4,25% para o ano, o que reforça a probabilidade para a redução da taxa básica de juros. • Auxílio Emergencial
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • 67 novas ambulâncias para o Ceará por meio do Ministério da Saúde • Hospitais Universitários de 22 estados e do DF recebem do Ministério da Saúde R\$ 79,5 milhões em recursos para a melhoria dos atendimentos e reestruturação dos serviços.
SEGURANÇA PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"> • Lei n. 13.886/19, que agiliza a venda e a utilização dos bens apreendidos do tráfico
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Acordo entre o Mercosul e a União Europeia • O apoio dos EUA ao ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base no site <https://www.bolsonaro.com.br/grandes-feitos-do-governo-bolsonaro>.

Conforme demonstrado nos Quadros 4 e 5, as ações do Governo Bolsonaro no poder não apresentam grandes feitos positivos para a sociedade brasileira. O conservadorismo e a defesa de pontos ideológicos polêmicos arrastaram o Brasil para o caos em todas as áreas do governo. Embora o Quadro 5 apresente alguns pontos positivos da atual gestão, estes são ínfimos perto do que poderia ser feito com a grandeza de recursos do país. Por outro lado, o Quadro 4 mostra os pontos nefastos que levaram o Brasil a uma crise sem precedentes, com destaque às relações internacionais e à condução do Ministério da Saúde.

Os comentários inapropriados do Presidente levaram o Brasil a romper relações com a Arábia Saudita, que bloqueou a importação de carne de frango e de gado do Brasil. Em outro episódio, sexista, o Presidente citou a diferença de idade entre o Presidente da França, Emmanuel Macron, e a esposa deste, aumentando o embaraço nas relações com aquele país, o que antes já estava em curso devido à posição contrária de Macron à política ambiental de Bolsonaro. Outra fala de Bolsonaro sobre a troca da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém causou constrangimento com Israel. Assim,

No que se refere à diplomacia, os esforços de recuperação da imagem global do Brasil no tempo dos Ministros José Serra e Aloysio Nunes Ferreira, que culminaram com a assinatura do acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul já no governo Bolsonaro (assinado no governo Bolsonaro, porém costurado antes) foram desperdiçados. Aos poucos, sob alinhamento automático da diplomacia brasileira a governos estranhos como o de Donald Trump a credibilidade externa do Brasil foi se dissolvendo. Não foram poucos os episódios em que representantes do Estado brasileiro hostilizaram países historicamente importantes como China, Argentina e França. O Brasil passou a mostrar uma imagem de um país que desrespeita minorias, desdenha da ciência e degrada o meio ambiente (SALOMÃO, 2020, s/p).

Na saúde, o governo inicia rompendo acordo com Cuba. Os médicos cubanos contratados por meio do Programa Mais Médicos (firmado pelo Governo Dilma Rousseff), foram dispensados e, com isso, muitas cidades ficaram desprovidas de atendimento. A pandemia por coronavírus constatada no início de 2020 mostrou ainda mais a fragilidade do governo e a falta de competência do atual Presidente para gerir crises. Para defender o seu projeto ideológico, ele negou a existência da doença, classificando-a como “gripezinha” e foi veementemente contrário aos protocolos de saúde pública para controle da pandemia, emitidos pela OMS. Para Salomão (2020),

Na saúde, são incontáveis os retrocessos que se iniciaram ainda no começo de 2019 com o envio de médicos cubanos de volta à Cuba, sob o pretexto estapafúrdio de que estes eram emissários do governo cubano para implantar o comunismo no país. Mas foi durante a pandemia que o governo Bolsonaro acumulou seus episódios patéticos, desde o fatídico pronunciamento da “gripezinha” até as sabotagens ao isolamento social propostas pelo Presidente da República e agora a resistência em preparar um plano de vacinação quando o mundo todo já o faz (SALOMÃO, 2020, s/p).

O comportamento negacionista não somente intensificou a pior a crise na saúde pública brasileira como colocou o Brasil como pauta preferida para chacotas internacionais. Segundo Fábio Py (2020), Bolsonaro congrega o somatório laboral de desprezo à ciência e ao humanismo, que se torna mais grave nos tempos pandêmicos. O Presidente e suas lideranças devem responder pelas tragédias causadas.

Na economia, o Ministro Paulo Guedes, principal aposta para o desenvolvimento do país, não conseguiu aplicar nenhum plano econômico capaz de diminuir o desemprego e trazer investimentos para o Brasil. Isso contribuiu para que o país despencasse em *rankings* e índices internacionais que medem o desenvolvimento. Segundo a Folha de S. Paulo (2020), em 2018 e 2019, início da

administração Bolsonaro, o Brasil não acumulou ganhos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que levou à perda de posições, ficando em 79.º em uma lista com 183 nações. Mesmo já sendo muito baixa, a renda dos 40% mais pobres no país caiu 0,2%. No mesmo período, a renda dos 10% mais ricos aumentou 0,6%, totalizando mais de 42% da renda nacional (Folha de S. Paulo, 2020). Um ponto crucial para o baixo desempenho brasileiro é a desigualdade de renda que, ano a ano, vem causando perdas no IDH.

Gráfico 1 – Evolução do desemprego 2019-2020



Fonte: G1 Notícias 2021.

O Gráfico 1 mostra a projeção da crise na taxa anual de desemprego entre 2019 e 2020, tendo como referência Japão, Alemanha, Reino Unido, França EUA, Canadá, Itália e Brasil. Fica evidente que o Brasil em 2019 já apresentava um índice de desemprego maior (11,9%) do que o restante dos países comparados. Em 2020, ano de pandemia, o problema ficou ainda pior e a taxa de desemprego foi a 13,4%. Em consequência, cresceu o número de trabalhadores informais, como vendedores ambulantes e motoristas de aplicativos de transporte.

A reprovação ao governo Jair Bolsonaro (sem partido) avançou de 40% para 44% entre janeiro e março de 2021, no mesmo patamar registrado em maio (43%) e junho (44%) do ano passado, até então seus índices mais altos de avaliação negativa. A parcela que aprova o governo Bolsonaro, hoje, é de 30%, índice similar ao registrado em janeiro (31%), e há 24% que o consideram regular (DATAFOLHA, março, 2021).

Em março de 2021, o índice de reprovação de Bolsonaro chega a 44%, segundo o Instituto DataFolha, e somam 56% as pessoas que veem o Presidente como incapaz para gerir o Brasil. Os números atuais fazem parte de pesquisa realizada entre 15 e 16 de março de 2021.

3.3 Discursos e ações neofascistas

Segundo Rocha (2020), o discurso bolsonarista deve ser visto como um fenômeno que envolve truques da retórica do ódio, da onipresença de bodes expiatórios e da proliferação imprudente de teorias conspiratórias. A retórica do ódio pode ser vista nas falas que promovem a supremacia de uma raça em detrimento de outra, a ascensão de uma classe elitista, a defesa do machismo estrutural e o menosprezo pela igualdade de gênero, entre outras. Os discursos parecem promover a disputa do bem contra o mal. É manifestada pela exposição de visões polêmicas e antagônicas que culminam em reações exacerbadas. Essa técnica é chamada por Rocha (2020) de manipulação coletiva pela retórica do ódio. Nesse contexto, as redes sociais são ferramentas gratuitas de divulgação em massa- e isso tem alto poder de destruição, haja vista que depois de disseminadas as informações manipuladas provocam um alastramento nefasto muito difícil de reverter.

A capacidade de Bolsonaro de criar atritos culturais e despertar amor e ódio na população pode ter sido a peça-chave que o promoveu a Presidente da República, uma vez que o choque de valores liberais modernos e as tradicionais posições conservadoras de família, por exemplo, passaram a ocupar o centro das atenções. Rocha (2020) propõe refletirmos contra a retórica do ódio, por meio da ética do diálogo. O autor divide os eleitores de Bolsonaro em duas categorias: apoiadores e eleitores. Para Rocca (2020), os apoiadores são aqueles que compartilham com os ideais políticos e pessoais de Bolsonaro. Isso significa que defendem tortura, homofobia, racismo e xenofobia. Nessa perspectiva, Löwy (2015) assinala que:

O que eles têm em comum é o seu nacionalismo chauvinista – e, portanto, oposição à globalização “cosmopolita” e a qualquer forma de unidade europeia –, xenofobia, racismo, ódio a imigrantes e ciganos (o povo mais antigo do continente), islamofobia e anticomunismo. Além disso, em sua maioria, senão em sua totalidade, são favoráveis a medidas autoritárias contra a “insegurança” (usualmente associada a imigrantes). A orientação

reacionária nacionalista, na maioria das vezes, é “complementada” com uma retórica “social”, em apoio às pessoas simples e à classe trabalhadora (branca) nacional. Em outras questões – por exemplo, neoliberalismo, democracia parlamentar, antissemitismo, homofobia, misoginia ou secularismo – esses movimentos são mais divididos. (LÖWY, 2015, s/p.).

Em contrapartida, os eleitores de Bolsonaro, conforme Rocha (2020) enfatiza, são muito diferentes dos apoiadores. Os eleitores são parte da sociedade que busca sim por mudanças estruturais na política, mas que não busca isso por meio de violência e práticas autoritárias. Para esse autor, 80% da massa que elegeu Bolsonaro deve ser chamada de eleitores e os outros 20% de apoiadores. Essa afirmação pode ser comprovada nas rodas de conversas em que existem quem consegue dialogar e refletir sobre a atuação do governo de forma imparcial e aqueles com quem o diálogo se converterá numa inflamada e perigosa discussão.

Quadro 6 – Frases de Jair Messias Bolsonaro

CARACTERÍSTICA NEOFASCISTA	FRASES DE JAIR MESSIAS BOLSONARO
Nacionalismo	“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.
Negação dos direitos humanos	“Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos. Essa bandidada vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles.” “desserviço para o Brasil.”
Inimigos da nação	“Vamos unir o Brasil pela vontade de nos afastarmos de vez do socialismo, do comunismo, nos vermos livres desse fantasma do que acontece na Venezuela.” “esquerdistas, petistas e bandidos.”
Militarismo	“Caso eu fosse Presidente da República, eu convidaria para o MEC (Ministério da Educação) um general que tivesse comandado um colégio militar pelo Brasil.”
Apologia à Ditadura	“Fuzilar os Petralhas”,
Sexismo/misoginia	“Jamais iria estuprar você, porque você não merece.”
Controle da imprensa	“A imprensa tenta a todo custo comprar a corda que irá enforcá-la.”
Controle da religião	“Nós somos um país cristão! Deus acima de tudo. Essa historinha de Estado laico, não! É Estado cristão! E as minorias que se curvem!”
Ataque aos direitos trabalhistas	“Um dia o trabalhador vai ter que decidir: menos direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego.”
Proteção aos empresários	“Hoje em dia é muito difícil ser patrão no nosso país.”
Menosprezo a artistas e intelectuais	“Já está feito, já pegou fogo. Quer que eu faça o que?”

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nas informações do site *Brasil de Fato*.

São recorrentes as falas distorcidas e irônicas que debocham das comprovações científicas, diante da situação atual.

Quem faz política dessa forma incita a violência, cria falsos inimigos e recusa informações baseadas em evidência, porque elas contrariam interesses predatórios. As evidências científicas mostram a fragilidade desses atores políticos extremistas, e então eles desqualificam os emissores, os mensageiros da ciência. (VENTURA, 2020, *apud* POLO, 2020, s/p).

Para Löwy (2019), é necessário saber que as atitudes do governo não são aleatórias ou impensadas, mas organizadas e minuciosamente implantadas para que se construa um governo forte repressivamente e pronto para servir seus fajutos aliados internacionais. Bolsonaro e a extrema-direita insuflada são os responsáveis por esse projeto de submissão. De acordo com Martins (2019),

Bolsonaro expressa no século XXI e, de forma acentuada, as formulações da ala fascista que organizou o Golpe Militar do grande capital em 1964, e que teve seus principais representantes nos generais Artur da Costa e Silva e Sílvio Frota. Algumas de suas principais iniciativas ecoam as diretrizes básicas deste grupo: a subordinação da política externa ao alinhamento ideológico dirigido pela extrema-direita dos Estados Unidos, a aproximação com o sionismo, a redução drástica do Estado na economia, a busca do protagonismo dos militares e dos setores repressivos no aparato de Estado e o rechaço à democracia. (MARTINS, 2019, s/p).

Ao homenagear o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chamando-o de herói nacional, Bolsonaro manifesta sua admiração por pessoas com histórico de práticas violentas. Ustra era o militar encarregado pela administração e comando das práticas tenebrosas nos quartéis durante a Ditadura Militar, acusado de tortura física e psicológica, estupros e abusos de autoridade (BARBA e WENTZEL, 2020).

Já nomeado Presidente da República, as sequências de discursos e ações devotadas ao militarismo continuam. A apologia à soberania militar e a ameaça à democracia, manifestas nas falas de apoio à quebra de instituições consolidadas, estão no rol das principais características do neofascismo. De acordo com Jeferson Miola (2020):

A gratidão do Bolsonaro ao comandante do Exército deixou implícito o engajamento dos comandos militares na mecânica conspirativa para elegê-lo: “General Villas Boas, o que já conversamos morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui”, declarou ele, talvez aludindo aos *tuítes* do general para ameaçar e tutelar o STF (MIOLA, 2020, s/p).

Para Teles (2016), o que Bolsonaro fez ao homenagear a tortura pela via da lembrança ao coronel Ustra, foi acionar os afetos de ódio e intolerância latentes naquelas estratégias autoritárias permanentes de nossa sociedade. A história se repete e, assim como no Golpe de 1964, as medidas ditatoriais iam sendo endurecidas com o passar do tempo. Se comparados aos dias atuais, é exatamente assim que o Governo Federal tem agido diante do povo brasileiro que não aceita seus desmandos.

É possível analisar todos os fatos ocorridos durante a Ditadura por meio da Comissão da Verdade, lendo as narrativas das dores das vítimas do fascismo. Em seus escritos, Faria (2020) menciona as raízes do apoio ao governo atual.

Parte do apoio dado a Bolsonaro se deve ao antiesquerdismo hoje arraigado nos quartéis. “Isso porque é um governo deles, que fala o tempo todo no ‘outro lado’, segmento que somos nós, críticos de esquerda, e eles não estão a fim de gerar uma situação em que a centro-esquerda possa voltar ao poder (FARIA, 2020, s/p).

A realização do desejo mais profundo da cúpula militarista de ter na presidência um súdito já tem feito vítimas Brasil afora, como a morte do músico negro e pobre Evaldo dos Santos e do catador de recicláveis Luciano Macedo, que teve seu carro fuzilado durante uma operação fracassada do exército no Rio de Janeiro. As principais vítimas da massificação do neofascismo são as massas desprotegidas, como nos mostra Souza (2017).

O negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado como “tração muscular” em serviços pesados e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado – que mesmo os brancos pobres evitavam –, é exigido dele agora que se torne trabalhador orgulhoso de seu trabalho. O mesmo trabalho que pouco antes era o símbolo de sua desumanidade e condição inferior. Ele foi jogado em competição feroz com o italiano, para quem o trabalho sempre havia sido motivo principal de orgulho e de autoestima. Belo início da sociedade “competitiva” entre nós. (SOUZA, 2017, p. 47).

Outro ponto marcante na atuação de Bolsonaro é a relação dele com os meios de comunicação, afinal não somente rompeu com a grande imprensa, como promoveu agressões a jornalistas e desferiu ameaças de fim de concessão contratual (com intuito de intimidar). O uso das redes sociais como meio oficial de dar informações mostra outra marca neofacista. Sabe-se que o controle dos meios de comunicação e a quebra da liberdade de imprensa é o primeiro sinal do processo de instauração de um governo ditatorial.

O rompimento de Bolsonaro com a grande imprensa foi marcado por acusações de parcialidade, manipulação e distorção das notícias para prejudicá-lo. Nesse cenário conturbado, o governo passou a usar as redes sociais para fazer os pronunciamentos oficiais ou falar sobre a atuação do Governo.

Para Leonardo Sakamoto (2019), não existe maior prova de autoritarismo, falta de educação e traquejo do que as declarações desrespeitosas, uso de vocabulário chulos e expressões de baixo calão proferidos por Bolsonaro. Os pronunciamentos e entrevistas sempre resultam em manchetes bombásticas nos telejornais e alta repercussão nas redes sociais. O Presidente diz não estar acostumado a ser contrariado como bem enfatiza. O autoritarismo é outra marca neofascista.

Bolsonaro faz parte do grupo de políticos que não está habituado a lidar com o contraditório de forma tranquila. Mas ao fazer isso, em um dia de mobilização nacional de um tema simpático à maioria da população, demonstra uma incrível falta de tato. (SAKAMOTO, 2019, s/p).

Em uma sociedade com tamanha diversificação ideológica, o bom senso é necessário em todos os contextos, o que não se verifica no governo atual. Pode-se dizer que temos um cenário político em que o Presidente é bom de “grito” e se impõe diante da sociedade, busca ser inovador e fala exatamente o que os neofascistas querem ouvir, com um bom timbre de autoritarismo que parece trazer o milagre há muito esperado.

O Governo Bolsonaro carrega consigo semelhanças com o fascismo europeu do século XX, a exemplo das alianças com o setor evangélico. Antes da tomada de poder por Mussolini, havia uma demanda de décadas entre a Itália e a Igreja Católica. Com a chegada de Mussolini ao poder, algumas alianças foram feitas, nascendo o Tratado de Latrão, que visava atender a interesses de ambos os lados. Da mesma forma, o governo fascista de Salazar em Portugal recorria ao poder divino com fins políticos até mesmo em seu *slogan* de campanha, “Deus, pátria e família”. Bolsonaro, por sua vez, adotou uma variável de Salazar como *slogan* para sua campanha política, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Bolsonaro tem apoio dos evangélicos e busca dia após dia apoio da Igreja Católica. Os religiosos, por sua vez, estão abertos a uma troca de favor por meio da eleição de pastores, representantes no Congresso Nacional de vários municípios brasileiros, criando um espaço vital para o surgimento de incontável

número de adeptos, ampliação da imagem de candidatos e, em troca, receberem manutenção de seu poderio enquanto instituição moralista.

Essa força se exerce tanto por meio da atuação da Bancada Evangélica, quanto na ação direta junto às bases sociais cristãs. Assim, se alienar das pautas teológicas é não entrar na disputa pelos termos e semânticas que envolvem a fatia fundamental da população brasileira (PY, 2020, p. 5).

Seu comportamento tem tomado rumos assustadores. Sua mais recente declaração como líder maior de um povo é a de que ele quer um povo armado, pois assim a população jamais será escravizada. Essa ideia soa bem aos ouvidos dos seus eleitores, que o alçaram ao poder para saciar a fome de poder e de *status* simbolizada pelo porte de armas. Em vários outros momentos, governos de cunho autoritário quiseram armar a população para que ela não ficasse submetida às leis de seu próprio país.

No dia 15 de janeiro de 2019, foi assinado decreto que viabiliza o porte de arma de fogo por cidadãos civis, ação que traz como resultado aumento no número de homicídios, suicídios e acidentes com arma de fogo. Estudos da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) mostram que, a cada hora, uma criança ou adolescente morrem no Brasil em decorrência de ferimentos causados por arma de fogo, que na maioria das vezes pertence à família e está dentro da própria casa, como mostra Lima:

Em 2016 (ano mais recente disponível), foram registradas 9.517 mortes. Esse número é quase o dobro dos 4.846 casos de 1997. No entanto, de acordo com o secretário do Departamento de Segurança da SBP, Danilo Blank, a série histórica mostra uma desaceleração no total de mortes e internações por armas de fogo após o Estatuto do Desarmamento ter entrado em vigor, em 2003 (LIMA, 2019, s/p).

O Brasil tem hoje em seu cenário político diversos problemas que se alastram por entre os ministérios. A presidência entra em discórdia com todas as esferas de poder, colocando a população em dificuldade extrema pela quebra de alianças que seriam benéficas aos cidadãos. Entretanto, em seus escritos Atilio Bóron (2020) nega a existência de qualquer semelhança entre Bolsonaro e governos fascistas, alegando que jamais haverá governos com tais características. Acrescenta, ainda, que são acontecimentos únicos deixados no século XX. Como é possível tal afirmação tendo em vista que fatos falam por si, quando o homem que ocupa o mais alto escalão de poder do país se indispõe com todos aqueles que

discordam de suas atitudes ou ideologia, inclusive o Parlamento Brasileiro? Como não acreditar que isso estende um caminho sem volta para a instauração do neofascismo?

Declarações feitas pelo Governo Federal provam sua ineficiência administrativa e suas ideologias neofascistas em pleno século XXI.

Quando, recentemente, declarou que era o “Chefe Supremo”, Bolsonaro recorreu ao título utilizado por figuras nada democráticas do planeta. Esse é o caso de Kim Jong Un, que utiliza o título de “Supremo Guia”. O chinês Mao Tsé-Tung também o utilizou. E outro líder comunista, o albanês Enver Hoxha, ostentava uma variação, o de “Supremo Camarada”. Um dos ídolos de Bolsonaro, o defunto ditador paraguaio Alfredo Stroessner se fazia chamar “Gran líder” (Grande Líder). O aiatolá Khomeini também ordenava que o chamassem de “Supremo líder do Irã” (PALACIOS, 2020, s/p).

Outro aspecto recente a se destacar na política neofascista de Bolsonaro é o ataque a cientistas e o negacionismo à ciência. Em meio ao crescimento exponencial da pandemia por coronavírus, o Presidente ainda insiste em não admitir os protocolos de combate à Covid-19, participa de manifestações e critica Estados e Municípios que aderiram ao *lockdown*. Em 6 de abril de 2021 o Brasil atingiu a marca de 4.211 mortes por Covid-19 em um único dia.

Além da recusa em manter o isolamento social, a posição do governo em desacreditar a eficácia da vacinação – único método comprovado de livrar a população do coronavírus – deixou a comunidade científica perplexa. Induziu a população a não tomar a vacina e atrasou a possibilidade de tirar o Brasil da crise imposta pela pandemia. Esse ato pode ser comprovado com a decisão de comprar as vacinas quando foram oferecidas pelo laboratório americano Pfizer e Instituto Butantã.

Gráfico 2 – Evolução mortes por Covid-19 – 2020 e 2021



Fonte: G1 Notícias.

Tal situação poderia ter sido evitada se os especialistas fossem levados a sério e houvesse um governo com olhos voltados para a maioria do povo brasileiro, ou seja, os pobres. Como consta nos escritos de Noam Chomsky (2020),

O novo coronavírus está causando uma calamidade hedionda – que estava prevista e poderia ter sido evitada. Análises credíveis, de cenários extremos possíveis, avaliam que milhões podem morrer e, como sempre, com os pobres e mais vulneráveis sofrendo mais no mundo inteiro. Houve outras catástrofes de saúde na história humana (CHOMSKY, 2020, s/p).

Apesar de o Governo Federal não aderir ao isolamento social sustentando-se na ideia de que a grande massa brasileira não tem como viver sem ir trabalhar (embora o governo tenha cumprido com o pagamento do auxílio emergencial durante alguns meses da pandemia, e do antigo Bolsa Família, agora chamado Renda Brasil), não houve nesses primeiros dois anos de administração projetos para a criação de empregos.

Diante disso, o governo brasileiro se coloca como vítima do sistema a fim de isentar-se da culpa pelas mortes causadas por sua leviandade e sua insistência em defender o uso de um medicamento sem comprovação cinética de sua eficácia.

Através do voto você não vai mudar nada neste país, nada! Absolutamente nada! Você só vai mudar, infelizmente, no dia que nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro... e fazendo o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil! Começando com FHC, não deixar pra fora não! Matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, em tudo quanto é guerra morre inocente. Eu até fico feliz se morrer, mas desde que vá outros 30 mil outros, outros junto comigo”, foi o que disse Jair Bolsonaro naquele então, na época em que Carlos e Eduardo Bolsonaro eram simples adolescentes – bom, há quem diga que continuam sendo (FARINELLI, 2020, s/p).

Infelizmente o Brasil está sob a liderança desastrosa de um Presidente que cada vez mais afunda o país em dúvidas e medo, indo em direção à consumação do desastre no que se refere a política internacional, educação e economia, escolhas cujo resultado já estão sendo sentidas pelos brasileiros.

3.4 A democracia no atual contexto político brasileiro

Diante do atual contexto político, temos observado ações por parte do Governo Federal que fogem completamente ao bom senso diante da sociedade civil. Considerado modismo no meio político, temos alguns ousando dizer que vão quebrar paradigmas, como se o ato de proferir essa frase pudesse de um instante para outro fazer mágica. Alguns brasileiros foram à Avenida Paulista dizendo estar lutando por liberdade e contra a corrupção. Ali mais uma vez presenciou-se a hipocrisia, porque o que de fato se viu foi o interesse pela derrubada do povo brasileiro.

É hoje inegável para qualquer pessoa que tenha ido à Avenida Paulista, ou a qualquer das grandes avenidas das grandes cidades brasileiras, protestar só contra Lula e o PT que a corrupção era fachada para o verdadeiro objetivo das classes médias, que era interromper o projeto de ascensão social dessas classes para que continuem sendo – exatamente como os escravos do passado – odiadas, superexploração e desprezadas. Assim, entre as classes sociais que formaram o Brasil moderno, foi a “ralé de novos escravos”, que soma ainda hoje em dia mais de um terço da população, agora de todas as cores de pele, mas, herdando o desprezo social de todos que era devotado ao escravo negro, o elemento mais importante para singularizar o Brasil (SOUZA, 2017, p. 59).

Diante do real conceito de quebrar paradigmas políticos, temos apenas alusão a algo extraordinário, mas que de fato não acontece de forma positiva. É possível dizer que todas as declarações feitas pelo Presidente soam aos ouvidos de quem tem o mínimo de bom senso como algo totalmente insano.

Diante das dificuldades enfrentadas por esse país, a maioria dos cidadãos espera de um governo o bom senso, para não dizer boa educação ou diplomacia. Quando um homem é posto à frente para governar um povo, espera-se que no mínimo ele tenha ações democráticas, a famosa política da boa vizinhança, o que não se vê no atual governo federal. Quando sua maior obrigação é promover vida digna à sociedade, ele prefere alimentar seu ego com declarações fantasiosas de super-herói. Para Lopes Filho (2019):

Em síntese, face à grave crise política e institucional, as fraturas da jovem democracia brasileira estão expostas ao próprio Brasil e ao mundo. Tal qual o desfecho do videodocumentário *O Processo* (2018), o tempo fechou, e essa mudança política assombrosa remete a segmentos expressivos para a sociedade civil que se posicionam em coletivos e diferentes campos de lutas, na busca da esperança na forma de recomposição da democracia. Nesse cenário do mundo real, alguns caminhos foram refeitos, as escolhas estão mais visíveis e alguns posicionamentos precisam ser reformatados (LOPES FILHO, 2019, p. 156).

Do ponto de vista histórico, é possível observar uma complicação extrema na democracia brasileira tendo como base as ameaças proferidas por Bolsonaro. Desde os primeiros dias como homem público, seus discursos são de ataque a uma minoria e consolidação de um governo extremista e autoritário. Bolsonaro chegou ao cenário presidencial em um momento de fragilidade, quando o brasileiro se apresentava desesperançoso. Com uma bandeira fajuta de combate à corrupção, ganhou os olhares dos abastados, levando o país a uma união entre fascismo e nazismo do século XX.

Uma parte da população brasileira não vê no modo de governar de Bolsonaro nada semelhante ao período do militarismo no Brasil. Há quem diga até que a única solução para as mazelas brasileiras é a imposição de um governo “destemido” e que fala de fato o que a maioria dos brasileiros gostaria de dizer, distorcendo os fatos para que haja aceitação do autoritarismo.

O trabalho de distorção sistemática da realidade realizado pela mídia foi extremamente facilitado pelo trabalho prévio de intelectuais que forjaram a visão dominante, até hoje, da sociedade brasileira. Como os pensadores que estudam as regras da produção de conhecimento e da ciência sabem muito bem, todo o conhecimento humano é limitado historicamente. Isso significa que, durante décadas e até séculos, todo o conhecimento humano é dominado por um “paradigma” específico. (SOUZA, 2017, p. 13).

A democracia é o sistema que melhor representa a organização de uma sociedade, criada pelo homem em seu processo evolutivo, é o único meio pelo qual

é possível manter uma sociedade igualitária e justa. O Brasil atravessou tempos difíceis marcados por governos ditatoriais, momentos em que a imprensa não exercia de fato seu papel na sociedade, com artistas e jornalistas sendo impedidos constantemente de se expressar, fosse por meio de notícias, músicas, peças de teatro, sendo proibidos até mesmo de formar reuniões com intuito de discutir problemáticas voltadas para uma política que não contemplasse a ditadura. Muito semelhante com os dias atuais, a ditadura militar se valeu da censura para calar seus opositores e impedir que qualquer tipo de mensagem contrária a seus interesses fosse divulgado.

Findos dois anos do início do mandato de Bolsonaro, as revoltas pelo seu comportamento negligente frente à pandemia levaram a população a acusá-lo de genocida. Bianchi (2001) assim define genocídio:

No significado atual, o termo foi usado pela primeira vez em 1944 por R. Lemkin para indicar a destruição em massa de um grupo étnico, assim como todo projeto sistemático que tenha por objetivo eliminar um aspecto fundamental da cultura de um povo. Assim definido, o Genocídio é tão antigo quanto a história humana, mas somente após a Segunda Guerra Mundial a comunidade internacional, estarrecida pelos enormes crimes cometidos pela política racista do nazismo, sentiu necessidade de fixar normas de direito internacional para coibir tal delito. Nasceu assim uma nova figura de delito relevante na esfera do direito penal internacional e pertencente à categoria dos crimes contra a humanidade. (GIORGIO BIANCHI in BOBBIO, 2001, p 543-544).

Assim, no contexto da pandemia, o termo genocida se tornou emblemático para representar a atitude negacionista da ciência e o descaso do Presidente Bolsonaro frente à grave crise na saúde, o que levou à morte de milhares de pessoas no Brasil.

Portanto, diante de tudo que foi exposto, conclui-se que o bolsonarismo se apoderou do poder usando os preceitos da democracia, para depois impor todo o velho autoritarismo que reina no universo das ditaduras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão apresentada, foi possível compreender o viés ideológico que perpassa a trajetória do fascismo na Itália, do nazismo na Alemanha e a evolução do neofascismo no Brasil. É notório que o cenário político brasileiro atual não surgiu em questão de instantes. A tentativa de mudança dos polos de poder (direita-esquerda) vem se desenhando desde a eleição do Governo Lula, que teve o projeto de governo voltado para amparar as classes trabalhadoras, fortalecer os sindicatos e os movimentos em prol dos menos favorecidos.

O *impeachment* de Dilma Rousseff, sucessora de Lula e engajada com os preceitos da esquerda, apenas consolidou o golpe já almejado pelos militantes da direita. O fascismo clássico se sustentou na Europa por meio do ódio contra judeus. No Brasil, o neofascismo manifesto nas ações do Governo Bolsonaro se sustenta também pelo preconceito e discursos de ódio contra mulheres, negros, homossexuais e índios. Além disso, fica evidente o menosprezo pelos pobres, ONGs e quaisquer movimentos favoráveis aos direitos humanos e que combatem as desigualdades.

Outro aspecto importante na configuração de um governo fascista ou neofascista é o papel que os meios de comunicação exercem. A liberdade de opinião e de expressão são a base dos regimes democráticos e, assim sendo, a imprensa precisa ter liberdade para informar e opinar. A ruptura com a mídia oficial é um sinal óbvio de ditadura. Nesse sentido, o uso de informações tendenciosas, seletivas e até forjadas – como é o caso das *fake news* – mostra que o governo pode estar, sim, buscando instaurar um regime totalitário.

Fica evidente, portanto, que a grande mídia teve papel fundamental nos processos de persuasão e manipulação da população brasileira no que tange ao golpe de 2016 e à tomada de poder por Michel Temer, assim como foi responsável pela derrocada de Lula na pré-candidatura às eleições de 2018, subsidiando, assim, a implantação do bolsonarismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves *et al.* **Mídia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- A IMPORTÂNCIA e o compromisso da mídia com a sociedade. **A Tribuna Online**, Mato Grosso, 30 jun. 2009. Disponível em: <https://www.tribunamt.com.br/2009/06/30/a-importancia-e-o-compromisso-da-midia-com-a-sociedade/>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- ALVES, Juliana Martins. Trabalho e trabalhadores no segundo governo Vargas: as greves como um “antidireito” (1951-1954). **Revista História**. São Paulo, n. 172, p. 367-396, jan.-jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rh/n172/2316-9141-rh-172-00367.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- A letalidade do “ismo”. Agora RN. Disponível em: <https://agorarn.com.br/ultimas/a-letalidade-do-ismo-leia-o-editorial-do-agora-rn-desta-segunda-25/> | **Agora RN**. Acesso em: 4 abr. 2021.
- BRASIL. **Decreto lei n. 5.454, de 3 de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Presidência da República, Brasília. 1943. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103502/consolidacao-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43>. Acesso em: 8 set. 2020.
- BERTONHA, João Fábio. Fascismo: um risco real para o mundo de hoje? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 12, n. 137, out. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18227>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. 11. ed. Brasília: Editora UnB. vol. 1. 2001. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso: 28 ago. 2020.
- BOECKEL, Cristina Reis. **História e propaganda política: a construção da imagem de Getúlio Vargas (1930-1945)**. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Escola de Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/879/1/CBoeckel.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- BORÓN, Atílio. A. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. **Brasil de Fato Online**, São Paulo, 2 jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- BIANCHI, Giorgio. **Genocídio**. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. 11. ed. Brasília: Editora UnB. vol. 1. 1998. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BONAVITES, Paulo. **Ciência política**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/262/1/Paulo%20Bonavides-Ciencia%20Politica.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

CARDIA, Wesley Callegari. **A influência da mídia na opinião pública e sobre a influência**. Disponível em: <https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2005/2/000400562-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CHARLEAUX, João Paulo. **O que é extrema direita**. E por que ela se aplica a Bolsonaro. São Paulo: Nexo, 17 out. 2018.

CHOMSKY, Noam. Não podemos deixar a Covid-19 nos levar ao autoritarismo. **Blog da BOITEMPO Online**, São Paulo, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/26/chomsky-nao-podemos-deixar-o-covid-19-nos-levar-ao-autoritarismo/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

COLL, Liana. Aumento da miséria extrema, informalidade e desigualdade marcam os dois anos da Reforma Trabalhista. **Jornal da Unicamp Online**, Campinas, 11 nov. 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2019/11/11/aumento-da-miseria-extrema-informalidade-e-desigualdade-marcam-os-dois-anos>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Candidatos à Presidência da República Eleições 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/quem-sao-os-13-candidatos-a-presidencia-da-republica-em-2018>. Acesso em 3 mar. 2021.

CARTA CAPITAL. **O que é o bolsonarismo?** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonarismo-e-uma-ideologia-de-classe-media-americanizada-ressentida/>. Acesso em: 3 mar 2021.

C. BARBÉ, Colpo di Stato, in política e società, vol. I, La Nuova Italia, Firenze 1979, In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política I. 11. ed. Brasília: Editora UnB. vol. 1. 1998. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

DAHAL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELLA BARBA, Mariana e WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas estarecidos e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC News Brasil Online**. São Paulo, 20 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 4 set. 2020.

DEMOCRACIA em vertigem. Direção: Petra Costa. Produção: Shane Boris *et al.* São Paulo: Busca Vida Filmes; Londres: Violet Films, 2019. 1 DVD (121 min.), color.

DEMOCRACIA Cristã. História do Partido Democracia Cristã. Disponível em: <https://www.democraciacrista.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

FARIA, Glauco. Militares são 'reféns' do governo Bolsonaro. **Rede Brasil Atual Online**, [S.l.], 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/06/militares-sao-refens-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

Reprovação a Bolsonaro vai a 44%, e 56% o veem como liderança incapaz. **Data Folha**. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2021/03/1989225-reprovacao-a-bolsonaro-vai-a-44-e-56-o-veem-como-lideranca-incapaz.shtml>. Acesso em: 5 abr. 2021.

FARINELLI, Victor. Bolsonaro já cumpriu o que prometeu: temos 30 mil mortos. **Opera Mundi Online**, Santiago, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/64996/bolsonaro-ja-cumpriu-o-que-prometeu-temos-30-mil-mortos>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FERNANDES, Augusto. Bolsonaro reclama que Maia quer “afundar a economia para ferrar o governo”. **Correio Braziliense Online**, Brasília, 14 de maio 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/14/interna_politica,854810/bolsonaro-reclama-que-maia-quer-afundar-a-economia-para-ferrar-governo.shtml. Acesso em: 5 ago. 2020.

FURNO, Juliana. Aumento dos bilionários e avanço da desigualdade: o que entregou o governo Bolsonaro. **Brasil de Fato Online**, [S.l.], 5 dez. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/05/aumento-dos-bilionarios-e-avanco-da-desigualdade-o-que-entregou-o-governo-bolsonaro>. Acesso em: 29 jul. 2020.

FALAS DE BOLSONARO. **Aosfatos.org**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 8 mar. 2021.

FASCISMO. **Oxford Languages**. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=defini%C3%A7%C3%A3o+de+facismo&oq=defini%C3%A7%C3%A3o+de+facismo&qs=chrome..69i57j0i10l3.6600j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 8 fev. 2021.

GOUVÊA, Marina Machado. Bolsonaro: novo discurso genocida e ausência de ajuda econômica ao povo. **Brasil de Fato Online**. São Paulo, 25 maio 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/25/artigo-bolsonaro-novo-discurso-genocida-e-ausencia-de-ajuda-economica-ao-povo>. Acesso em: 1 jul. 2020.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo**. Barcelona: Paidós, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

IVAN RICHARD. Impeachment sem base na Constituição é golpe de Estado, diz advogado da União. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/impeachment-sem-base-na-constituicao-e-golpe-de-estado-diz-advogado-da-união>. Acesso em: 24 jan. 2021.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/06/introducao-ao-fascismo.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

LENHARO, Alcir. **Nazismo**: o triunfo da vontade. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LOPES FILHO, Osíris. Os bodes expiatórios e o milagre das reformas. **Folha de São Paulo Online**, São Paulo, 18 jun. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/18/dinheiro/28.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

LEITE, Paulo Moreira. O fascismo à espreita na reta final. **Brasil Debate Online**, [S.l.], 19 out. 2014. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/o-fascismo-a-espreita-na-reta-final/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. Lula é o nome da frente única contra fascismo que CNI aplaudiu de pé. **Brasil 247 Online**, [S.l.], 5 jul. 2018a. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/lula-e-o-nome-da-frente-unica-contra-fascismo-que-cni-aplauiu-de-pe>. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. PML: O fascismo nos espreita na reta final. **Brasil 247 Online**, [S.l.], 6 jul. 2018b. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/pml-o-fascismo-nos-espreita-na-reta-final>. Acesso em: 13 maio 2020.

LIMA, Angélica. A cada hora uma criança morre no Brasil por arma de fogo. **Milícia da Imaculada Online**, [S.l.], 21 mar. 2019. Disponível em: <https://www.miliciadaimaculada.org.br/noticias/brasil/a-cada-hora-uma-crianca-ou-adolescente-morre-por-arma-de-fogo-no-brasil>. Acesso em: 31 ago. 2020.

LÖWY, Michael. A resistível ascensão dos “novos” fascistas. **Outras Mídias Online**. São Paulo, 2019a. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-resistivel-ascensao-dos-novos-fascistas/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **A terra é redonda online**, [S.l.], 24 out. 2019b. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0652.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021.

LUCENA, Carlos, PREVITALI, Fabiane Santana e LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, v. 1, 2017. *E-book*. Disponível em: https://ead2.iff.edu.br/pluginfile.php/137157/mod_resource/content/1/livrocarloslucena.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

LAPUENTE, Rafael Saraiva; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de; PIMENTA, Everton Fernando (Org.). **As direitas no Brasil**: discursos, práticas, representações. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. *E-book*. Disponível em: https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_405d23c26dd84b64b403f495749f90ea.pdf. Acesso em: 2 set. 2020.

MARTINS, Carlos, Eduardo. Guedes/Bolsonaro e o Plano Ipiranga da nova etapa da dependência no Brasil. **Blog da BOITEMPO Online**, São Paulo, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/12/guedes-bolsonaro-e-o-plano-ipuranga-da-nova-etapa-da-dependencia-no-brasil/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MARTINS, Maria. Deus derrubou a Presidente Dilma. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957_433496.html. Acesso em: 30 mar. 2021.

MIOLA, Jeferson. Presidência do Bolsonaro, parida nos quartéis, é bancada pelas Forças Armadas. **Brasil 247 Online**, [S.l.], 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/presidencia-do-bolsonaro-parida-nos-quarteis-e-bancada-pelas-forcas-armadas>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MONTEIRO, Gustavo Feital. **Definindo o fascismo**: comparando análises e interpretações. Disponível em: https://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/8_D4_Gustavo-Feital-Monteiro-60_80.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021.

NASSIF, Maria Inês. A hegemonia da crueldade: como uma elite raivosa enfiou uma faca no coração da democracia. **Jornal GGN Online**, [S.l.], 10 jul. 2020. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/a-hegemonia-da-crueldade-como-uma-elite-raivosa-enfiou-uma-faca-no-coracao-da-democracia-por-maria-ines-nassif/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

NUNES FILHO, Pedro. **Democracia fraturada**: a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a Imprensa no Brasil [recurso eletrônico] / Pedro Nunes Filho. João Pessoa: Editora do CCTA; Aveiro: RIA Editorial, 2019.

NAZISMO. *In*: Dicio Online. Disponível em: www.dicio.com.br. Acesso em: 4 set. 2020.

ORTONA, Sandro. Antissemitismo. *In*: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. (org.) **Dicionário de política I**. 11. ed. Brasília: Editora UnB. vol. 1. 2001. Disponível em:

<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PALACIOS, Ariel. As semelhanças entre Jair Bolsonaro e Hugo Chávez. **Época Online**, Rio de Janeiro, 9 jun.2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ariel-palacios/coluna-as-semelhancas-entre-jair-bolsonaro-hugo-chavez-24468235>. Acesso em: 17 jul. 2020.

PIAIA, Victor Rabello. Rumores, *fake news* e o *impeachment* de Dilma Rousseff. **Revista Teoria e Cultura**, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v.13, n. 2, p. 22-39, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12427>. Acesso em: 1 set. 2020.

PINHEIRO, Milton. As balizas do golpe bonapartista e a esquerda brasileira. **Blog da BOITEMPO Online**, São Paulo, 19 maio 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/19/as-balizas-do-golpe-bonapartista-e-a-esquerda-brasileira/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

PITASSE, Mariana. As *fake news* e a disputa política por desinformação. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/20/artigo-as-fake-news-e-a-disputa-politica-por-desinformacao>. Acesso em: 20 out. 2020.

POGGI, Tatiana. **Faces do extremo**: uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América (1970 – 2010). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e filosofia – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. 440 f. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2012_Tatiana_Poggi.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

POLLO, Luiza. Descaso com o coronavírus do descrédito na ciência ao autoritarismo. **TAB Online**. [S.l.], 20 mar. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/20/descaso-com-o-coronavirus-do-autoritarismo-ao-descredito-na-ciencia.htm>. Acesso em: 15 ago. 2020.

POMAR, Valter. Greve geral contra o governo golpista. **Blog Valter Pomar Online**, [S.l.], 27 maio, 2016. Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com/2016/05/greve-geral-contra-o-governo-golpista.html>. Acesso em: 3 set. 2020.

PY, Fábio. **Pandemia cristofascista**. Série: contágios infernais: São Paulo: Recriar, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Casa%20do%20Computador/Downloads/Pandemia_cristofascista.pdf. Acesso em: 4 set. 2020.

ROCHA, João Cezar Castro. As origens do discurso bolsonarista. [Entrevista concedida a] Leonardo Attuch. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ZHj7rDNuws>. Acesso em 8 mar. 2021.

SADER, Emir. O Brasil entre a desesperança e a inclusão social. **Carta Capital Online**, [S.l.], 29 jun. 2015. Disponível em:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/O-Brasil-entre-a-desesperanca-e-a-inclusao-social/2/33855>. Acesso em: 4 ago. 2020.

SAKAMOTO, Leonardo. Agrotóxicos: Com o Brasil à deriva, deputados agora querem te envenenar. **Blog do Sakamoto Online**, [S.l.], 26 jun. 2018. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/06/26/agrotoxicos-com-o-brasil-a-deriva-deputados-agora-querem-te-envenenar/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. Desigualdade sobe, diz IBGE. Pacote de Bolsonaro deve aumentá-la ainda mais. **Blog do Sakamoto Online**, [S.l.], 6 nov. 2019. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/11/06/desigualdade-sobe-diz-ibge-pacote-de-bolsonaro-deve-aumenta-la-ainda-mais/?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SANTILLÁN, José Fernández (Org.). **Norberto Bobbio**: o filósofo e a política. Trad. César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

SAN VICENTE, Inâki Gil de. Contra o neofascismo. **Primeira linha em rede online**, Galiza, 4 abr. 2014. Disponível em: <http://www.primeiralinha.org/documentacom/neofascismo.htm>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SILVA, Adriana Brito da *et al.* A extrema direita na atualidade. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n119/a02n119.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SILVA, K. K. J. & D. C. S. Maynard. Intolerância Digital: história, extrema-direita e cibercultura (1996 a 2009). **Scientia Plena**. v. 6, n. 12, p. 17-28. 2010. Disponível em: <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/viewFile/322/91>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Pobreza no Brasil colonial: Representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Histórica – Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/texto01.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SOUSA, Juliane. Desigualdades sociais e distribuição injusta das riquezas sociais no Brasil. **Administradores.com**, [S.l.], 3 dez. 2009. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/desigualdades-sociais-e-distribuicao-injusta-das-riquezas-sociais-no-brasil>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4411236/mod_resource/content/0/Jess%C3%A9-Souza-A-Elite-do-Atraso.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.

STEVEN, Levitsky; ZIBLAT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. *E-book*. Disponível em: <http://dagobah.com.br/wpcontent/uploads/2019/02/Como-as-Democracias-Morrem-Sтивен-Levitsky.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.

SALOMÃO, Benito. 2 anos de governo Bolsonaro: uma análise. **Terraço Econômico**. Disponível em: <https://terracoeconomico.com.br/2-anos-de-governo-bolsonaro-uma-analise/>. Acesso em: 30 março. 2021.

TRENTO, Ângelo. **Fascismo italiano**. São Paulo: Ática, 1993, Disponível em: [file:///E:/Usu%C3%A1rio/Downloads/340722633-Angelo-Trento-Facismo-Italiano-97-Pag%20\(3\).pdf](file:///E:/Usu%C3%A1rio/Downloads/340722633-Angelo-Trento-Facismo-Italiano-97-Pag%20(3).pdf): Acesso em: 18 out. 2020. Série Princípios.

TELES, Edson. Na dissimulação democrático-liberal, o fascismo apresenta suas armas. Entrevista especial com Edson Teles publicada na revista IHU On-Line, n. 358, de 31-07-2016.

TROTSKI, Leon; MUSSOLINI, Benito. **Fascismo**: a doutrina, o que é e como combatê-lo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima, POLLO, Luiza. Descaso com o coronavírus do descrédito na ciência ao autoritarismo. **TAB Online**, [S.l.], 20 mar. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/20/descaso-com-o-coronavirus-do-autoritarismo-ao-descredito-na-ciencia.htm>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ZIZEK, Slavoj. A dialética paralisada da pandemia. **Blog da BOITEMPO Online**, São Paulo, 20 jul. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/20/zizek-a-dialetica-paralisada-da-pandemia/>. Acesso em: 31 ago. 2020.